

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar)
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA (DPsi)

CAMILA CASÉ DA COSTA

**O DESENVOLVIMENTO DO VÍNCULO MÃE-BEBÊ NO SISTEMA
PRISIONAL BRASILEIRO**

SÃO CARLOS – SP

2022

CAMILA CASÉ DA COSTA

**O DESENVOLVIMENTO DO VÍNCULO MÃE-BEBÊ NO SISTEMA
PRISIONAL BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Psicologia da
Universidade Federal de São Carlos
(UFSCar) e financiado pela Fundação de
Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
(FAPESP) 2021/03046-8.

Orientadora: Sabrina Mazo D’Affonseca

SÃO CARLOS – SP

2022

AGRADECIMENTOS

À minha família, por me fornecer todo o suporte e apoio nestes anos. Obrigada por sempre acreditarem em mim, mesmo quando nem eu acredito, e por me incentivarem em absolutamente tudo.

À Mariana, Beatriz e Gabriel, por terem me acompanhado de perto durante todo esse processo, durante todas as incertezas e dificuldades, e por sempre terem me acolhido e acreditado tanto no meu potencial e nesse projeto. Obrigada por serem a melhor rede de apoio que eu poderia ter e por todo o carinho, amo vocês!

Às minhas colegas de monografia e do Laboratório de Prevenção à Violência (LAPREV), pelas trocas, auxílios e por todo o aprendizado ao longo da construção desta pesquisa.

Às três mulheres que aceitaram participar do estudo. Obrigada por compartilharem comigo um pouco de suas histórias, de seus processos gestacionais e de seus bebês, me ensinando tanto sobre a vida, sobre a maternidade e sobre a complexidade do encarceramento feminino.

Ao Bruno, responsável pela Coordenadoria da Região Central do Estado, que, no momento em que eu achei que tudo estava perdido, me acolheu, entendeu minha situação e fez com que esse projeto acontecesse. Obrigada por ter tornado esse desejo e esse sonho possíveis.

Aos meus colaboradores de pesquisa, Letícia e Gabriel. Obrigada pelo auxílio na codificação e na análise dos dados e por terem disponibilizado o tempo de vocês e se dedicado para que o trabalho tivesse ainda mais qualidade. Vocês foram essenciais ao me fazerem refletir e poder olhar para os materiais por outras perspectivas.

À minha orientadora Sabrina, que foi incrível durante todo esse percurso. Obrigada por ter aceitado esse desafio, por ter acreditado em mim, por ter me ensinado tanto e por ter feito um diferencial imenso na minha vida pessoal e profissional. Sua tranquilidade e acolhimento foram essenciais para que tudo desse certo e eu sou imensamente grata, por tudo.

À Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro à esta pesquisa e contribuição com o meu conhecimento e formação profissional.

RESUMO

No Brasil, com o aumento da população carcerária feminina em 267,8%, ao longo de quase vinte anos, surgem questões acerca das particularidades desse público e do que envolve a vida das mulheres na prisão. Uma delas é a maternidade, visto que mais da metade delas têm filhos e isso implica, na maioria dos casos, na separação e na quebra de vínculo. Do lado de fora das grades, as mães na maioria das vezes se configuram como cuidadoras primárias e suas ausências fragilizam as relações familiares; do lado de dentro, existem mães solitárias, com sentimentos ambivalentes e de culpa, e que também podem estar, por um curto período, no convívio de um bebê, seja na gestação ou no pós-parto, vivenciando a maternidade de maneira superdimensionada. O presente estudo teve como objetivo investigar a experiência de se tornar mãe atrás das grades e analisar as variáveis envolvidas no processo de gestar, parir e conviver com o filho nesse ambiente, tais como suas implicações na formação do vínculo mãe-bebê. Participaram três mulheres em privação de liberdade em uma penitenciária feminina do Estado de São Paulo. Foram realizadas, por videoconferência, duas entrevistas com cada participante, uma durante a gravidez e uma no período pós-parto, além de aplicado o Questionário de Eventos Estressores nesse primeiro momento. Por meio da análise qualitativa dos dados obtidos, foram percebidas semelhanças e diferenças no exercício da maternidade das participantes no ambiente prisional. Com relação às semelhanças, destaca-se o histórico prisional, as experiências adversas de abuso e negligência emocional, e o grande número de menções à rede de apoio familiar e ao sofrimento decorrente da reclusão e da separação do bebê. Já as diferenças se deram no histórico de vida, nas vivências de abuso físico e na decisão sobre o momento de separação. A partir da análise dos dados obtidos, esperou-se produzir um conhecimento científico a respeito da temática da maternidade no cárcere brasileiro que contribua para propostas de intervenções com esse público-alvo.

Palavras-chave: Gestação; Maternidade; Mulheres; Prisão; Pós-parto; Vínculo

ABSTRACT

In Brazil, with the increase of the female prison population by 267.8%, over almost twenty years, questions arise about the particularities of this public and what involves the lives of women in prison. One of them is motherhood, since more than half of them have children and this implies, in most cases, separation and bond breaking. Outside prison bars, mothers are most often configured as primary caregivers and their absence weakens family relationships; inside them, there are lonely mothers, with ambivalent and guilty feelings, and who may also be, for a short time, in the presence of a baby, whether during pregnancy or postpartum, experiencing a hyperbolic version of the motherhood. Given this, it was intended to investigate the experience of becoming a mother behind bars and to analyze the variables involved in the process of gestating, giving birth and living with the child in this environment, such as its implications for the formation of the mother-baby bond. Three women incarcerated in a female penitentiary in the state of São Paulo participated. Two interviews were carried out by videoconference with each participant, one during their pregnancy and one in the postpartum period, in addition to applying the Questionnaire on Burdening Experience at this first moment. Through the qualitative analysis of the data obtained, similarities and differences in the exercise of motherhood of the participants in the prison environment were perceived. Regarding the similarities, the prison history, the adverse experiences of emotional abuse and emotional neglect, and the large number of mentions to the family support and the suffering resulting from the imprisonment and separation of the baby stand out. The differences were in the life story, in the experiences of physical abuse and in the decision about the moment of separation. From the analysis of the data obtained in this research, it was expected to produce additional scientific knowledge about the theme of motherhood in Brazilian prisons, which can contribute to further intervention projects development for this target population.

Keywords: Gestation; Motherhood; Women; Prison; Postpartum; Bond

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
OBJETIVO.....	18
Geral.....	18
Específico.....	18
MÉTODO.....	19
<i>Participantes</i>	19
Instrumentos.....	19
Procedimentos	20
Etapa 1 – Elaboração dos instrumentos.....	20
Etapa 2 – Condução dos procedimentos éticos	21
Etapa 3 – Recrutamento das participantes.....	21
Etapa 4 – Coleta de dados	21
Etapa 5 – Análise dos dados.....	22
RESULTADOS.....	27
Caracterização das participantes	27
A maternidade atrás das grades.....	34
História de vida	44
Planos futuros.....	46
DISCUSSÃO.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
ANEXOS.....	63
Anexo 1: Instrumento “Questionário de Eventos Estressores”	63
Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Lista de categorias e códigos utilizados para análise das entrevistas	23
Tabela 2. Caracterização das participantes.....	27

INTRODUÇÃO

De acordo com os dados do sistema de informações estatísticas do complexo penitenciário brasileiro (Infopen, 2019), a população carcerária no país, em 2019, era composta por 755.274 presos. Já especificamente com relação às mulheres, o número era de 37.197, o que demonstra que seus representantes ainda são majoritariamente do sexo masculino desde a criação do sistema penal e dos métodos de encarceramento.

No entanto, é importante notar que do ano de 2000 até 2019 a população carcerária feminina teve um aumento de 267,8% (Infopen, 2019). Tal fato promove questionamentos a respeito das particularidades e condições das mulheres na prisão, assim como as dificuldades por elas encontradas, uma vez que esse ambiente foi idealizado por homens e para homens (Cúnico et al., 2015) e nos últimos anos passou a comportar cada vez mais esse público distinto. Além disso, as repercussões para as próprias mulheres, suas famílias, seus filhos e para a sociedade são distintas na comparação do aprisionamento destes dois públicos (Pinto et al., 2020).

De maneira geral, os dados do relatório do Infopen (2019), acerca de toda a população presidiária no Brasil, apresentam que a maior parte delas tem entre 35 e 45 anos de idade, possuem Ensino Fundamental incompleto e estão solteiras; que mais da metade (57,6%) são de cor/etnia preta e parda, e que os delitos mais frequentes estão relacionados com drogas (50,9%). Em comparação com a população masculina, tais resultados encontram divergência com relação à idade, com os homens tendo em sua maioria idades entre 18 e 24 anos, e ao crime cometido, sendo o mais recorrente entre eles o de roubo qualificado.

Ainda, o relatório mais recente que apresenta quantas das mulheres em privação de liberdade são mães (Infopen, 2016), apesar de seus autores ressaltarem a baixa

representatividade da amostra – assim como os dados acima citados – devido ao baixo preenchimento de formulários de coleta, aponta que são 74% delas contra 43% dos homens que têm filhos. Essa discrepância nos dados é citada no documento como tendo relação com a desigualdade na distribuição dos cuidados e responsabilidades com os filhos, uma vez que deixa perceptível que os homens declaram menos do que as mulheres a existência deles e é amplamente encontrado na literatura que a mãe, na maioria das vezes, se configura como cuidadora primária e responsável familiar (Benatti et al., 2020).

Braga (2015), nesse sentido, discorre sobre a maneira brutal com que a prisão da mulher impacta não apenas ela, mas também sua família. De acordo com a suposição do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) acerca dos achados do relatório, a autora cita como essa naturalização da administração doméstica e o cuidado dos filhos como responsabilidades atribuídas majoritariamente à mulher reflete na organização familiar de muitas brasileiras, tanto fora como dentro das prisões. Além disso, silencia discussões acerca da paternidade e da prisão e faz com que o enfoque da problemática esteja mais na retirada da mulher do ciclo parental (Braga, 2015), que, pela maior probabilidade de ser a única cuidadora, geralmente tem como consequência a exposição de crianças à situações adversas (Stella et al., 2016).

Dessa forma, segundo Soares et al. (2016), o fato de essa grande porcentagem de mulheres aprisionadas serem mães implica na perda ou fragilização das relações familiares, uma vez que elas geralmente são abandonadas na prisão e acabam por existir crianças e adolescentes separados de suas cuidadoras, raramente podendo contar com o auxílio do pai (Flores & Smeha, 2018). Como consequência, na impossibilidade de realizar as tarefas domésticas e de criação dos filhos, há o deslocamento dessa responsabilidade para as outras figuras femininas da família e as mães passam a depender da existência dessa rede de apoio para auxiliá-las, o que não retira os

sentimentos de sobrecarga, culpa, angústia e resignação por não estarem “cumprindo seus papéis”, tradicionalmente definidos (Benatti et al., 2020).

Em um cenário ainda mais complexo, existem as mães que experienciam a gestação e puerpério no cárcere. No Brasil, 0,74% da população feminina carcerária é gestante ou parturiente, totalizando 276 mulheres. Dessas, 98 estão localizadas no Estado de São Paulo (Infopen, 2019) e elas vivenciam o que Braga (2015) chama de “hipermaternidade”, ou seja, ao invés de passarem pela separação dos filhos no momento da prisão, têm essa prática superdimensionada, uma vez que geralmente a relação com eles dentro das grades torna-se a única atividade dessas mulheres, realizada em um espaço pequeno e controlado. No entanto, apesar dessa realidade estatística, as experiências dessas gestantes, de seus trabalhos de parto e o vínculo desenvolvido com os bebês após o nascimento, neste local tido como impróprio, têm sido amplamente ignorados, tanto pela sociedade e pelos órgãos públicos quanto pela ciência (Sufrin, 2018).

A gravidez é um processo permeado por transformações físicas, sociais e psicológicas para a mulher, e a vivência dela associada a fatores sociais e culturais é o que determina a existência de respostas individuais variadas, pois envolve a adaptação a contextos e círculos familiares diferentes uns dos outros (Fochi et al., 2017). Assim, o exercício da maternidade, do apego, do amor materno e as formas como a afetividade deve ser demonstrada são mais do que dados naturais, são construções sociais resultantes, ao longo do tempo, da consolidação da “maneira correta” de ser mãe. Da mesma maneira, essa naturalização do vínculo materno acaba por ser vista como indissociável do bem-estar infantil (Villalta et al., 2019), ou seja, mulheres que devido à sua realidade não seguem as normas pré-estabelecidas para a criação de um filho são culpabilizadas por não cumprirem tal função materna e por prejudicarem seus filhos (Pinto et al., 2020).

Diante disso, ao estudar a maternidade no contexto prisional, é preciso considerar a história de vida, as crenças, as percepções, os sentimentos, os valores e os comportamentos de cada uma dessas mulheres, pois se as experiências de gravidez já são particulares, o fato de vivenciá-las dentro das grades requer que haja um olhar para o fenômeno que ultrapasse os muros (Pinto et al., 2020). Já no próprio processo de concepção existem individualidades: podem ser mulheres que acabam por ser presas no processo de engravidar, como ilustra o estudo de Sufrin (2018) com o relato de um médico a respeito do caso de uma mulher que estava no meio de uma internação para realizar a fertilização in vitro (FIV) quando ficou sob custódia; existem aquelas que são presas já durante a gestação – a maior parte; as que engravidam durante a visita íntima ao parceiro encarcerado e acabam sendo presas posteriormente; e, mais raramente, aquelas que engravidam ao receber visita íntima (Viafore, 2005).

Ainda se tratando desses tópicos pessoais, a prisão, em si, já é um fator de grande estresse na vida das detentas e, estando grávidas, esse estresse é somado aos abalos emocionais existentes e característicos dessa fase (Viafore, 2005). Juntamente com este fator, a partir do trabalho realizado por Marin (2015) com estagiários do 5º ano do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), que cursam o Núcleo “Intervenções Clínico-Educacionais junto à Criança e ao Adolescente - Constituição da subjetividade e cidadania”, e realizam um trabalho junto a grávidas e mães que aleitam seus bebês em penitenciárias, foi percebido que, ao serem incentivadas a retomar sua história familiar para melhor acolherem seus filhos e pensarem no futuro, as gestantes apresentaram resistência, que pode ser devido ao cenário de intensas vulnerabilidades que já vivenciaram antes (Pinto et al., 2020). Esses aspectos, ambientais e particulares, são exemplos que podem influenciar na maneira como cada mulher encara esse processo e constrói sua relação com o bebê.

Fica claro, assim, que diferentemente do que a população e os funcionários do próprio ambiente prisional comumente julgam, com a concepção de que os filhos das presidiárias não são culpados, mas são usados por elas para receberem melhores tratamentos na prisão (Stella et al., 2016), o tratamento diferenciado que deveriam receber está longe de existir. Ele se reduz a não serem colocadas nas mesmas celas que as demais mulheres – que não vivem com seus filhos – quando há “má conduta”, ao passo que o sofrimento prolongado de criar um filho na prisão, a angústia por não poder exercer o papel materno com os filhos que estão fora, a falta de disposições institucionais mínimas e a inexistência de apoio emocional, ou seja, os malefícios de uma gestação no ambiente prisional, são bem maiores (Villalta et al., 2019).

Os impactos negativos da ansiedade e depressão durante a gravidez, por exemplo, segundo Dolan et al. (2019), podem incluir mudanças significativas no desenvolvimento neurológico da criança, ajuste emocional pobre por parte delas, baixo peso ao nascer e interação mãe e filho também empobrecida. A presença e o tempo de permanência de bebês na prisão, por sua vez, gera polêmica entre os autores (Carneiro & Veríssimo, 2016), e o vínculo das mães com eles se torna algo intrigante devido ao local, uma vez que esse interfere no desenvolvimento biopsicossocial das crianças por aspectos como a vulnerabilidade do ambiente, a fragilidade da rede de apoio, as regras do sistema prisional, e o fato de ser um lugar fechado, depressivo, agitado e conflituoso (Miranda et al., 2016). A vivência delas com as mães, assim, implicaria em privá-las de liberdade social (Stella et al., 2016) e, segundo o Conselho Auxiliar da Unidade Penal 33, na cidade de Los Hornos, na Argentina, a relação entre elas se configura como “*um ciclo vicioso que ocorre entre a privação de estimulação social e a marginalidade*” (Villalta et al., 2019).

Por outro lado, ter o filho por perto após o nascimento dá à mãe presa a possibilidade de se ver para além do ato criminoso, como um membro importante da

sociedade, por estar desempenhando a função materna (Pinto et al., 2020). A permanência da criança intramuros, ainda que em um ambiente precário, então, não tira a importância de se ter a presença materna, o calor e o vínculo necessários para que ela estabeleça uma relação saudável consigo mesma e com as outras pessoas. Independente da situação em que se encontra, é constatado nos estudos que a mãe demonstra amor e cuidado de forma incondicional pelo filho e que essa vivência se torna positiva para ambas as partes, também suavizando a rotina no cárcere e fazendo com que as mulheres não se sintam tão sozinhas, tenham a sensação de “peso” da pena diminuído de certa forma (Miranda et al., 2016) e tenham maiores chances de reinserção social (Stella et al., 2016). Sendo assim, para alguns autores, impedir esse convívio seria mais uma das várias privações que a detenção ocasionaria para a mulher (Armelin, 2010).

A partir disso, a relação mãe e filho dentro da prisão poderia ser denominada, para a mãe, como um fator de proteção, que, segundo Ormeno et al. (2017), é conceituado como sendo todo tipo de influência que diminui a expectativa de consequências negativas ao desenvolvimento do sujeito. Já para a criança, poderia se configurar tanto como fator de proteção, desde os cuidados físicos até o contato amoroso (Miranda et al., 2016), quanto como fator de risco, que é compreendido como contextos que contribuem para o desenvolvimento de problemas de saúde, comportamentais ou emocionais nos indivíduos (Ormeno et al., 2017), ou seja, a própria prisão como um ambiente hostil e isolado da sociedade. Justamente por existir esses dois pontos de vista com relação aos bebês é que há tanta divergência de opiniões tanto das instâncias públicas, quanto da população e dos próprios agentes penitenciários, que veem o benefício do vínculo como sendo muito maior ou exclusivamente para as mulheres (Villalta et al., 2019).

No entanto, ainda que seja um fator de proteção para a mãe, no sentido de poder exercer o cuidado durante um período e para o enfrentamento da reclusão, também

existem sentimentos ambivalentes nessa fase que tendem a comprometer o investimento no filho, devido ao medo do apego a uma pessoa que ela sabe que permanecerá por pouco tempo em sua companhia, ou seja, ainda que queira o bebê por perto, a mulher pode não querer estabelecer esse vínculo, acreditando evitar, assim, um sofrimento futuro para si e para ele (Carneiro & Veríssimo, 2016). A falta de oportunidade desse contato regular entre o bebê e a cuidadora, segundo Bowlby (1973), criador da Teoria do Apego, de fato impede o desenvolvimento do apego, da mesma forma que, sendo ele desenvolvido, a separação posterior pode gerar reações emocionais adversas, de tristeza à raiva, interferindo no desenvolvimento ideal da criança, ou seja, os sentimentos maternos ambivalentes se sustentam na literatura (Parke & Clarke-Stewart, 2002).

O apego mãe-bebê está relacionado com essa ansiedade de separação e, segundo Ainsworth e Bell (1970) é necessário à medida que desempenha funções que promovem a sobrevivência da espécie, pois inicialmente, durante o período de indefesa, o bebê precisa da proteção e dos cuidados de outro indivíduo. Sendo assim, a partir da teoria de Bowlby, tem-se que os seres humanos apresentam uma inclinação natural para construir um vínculo afetivo, havendo, ao mesmo tempo que o atendimento às necessidades básicas, uma interação afetiva e emocional entre o bebê e o cuidador. É por meio desse apego que as mães se sentem competentes para criarem seus filhos e têm efeitos positivos em seus aspectos emocionais, e que as crianças se sentem protegidas e aptas para explorar o mundo, pois esse vínculo de apego passa a ser referência para que elas o construam com outras pessoas (Torquato, 2014).

Assim como outros estudos realizados nessa temática, pode-se considerar o ambiente prisional como o contexto específico em que esse desenvolvimento do bebê vai se dar, de acordo com o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner, para se pensar o impacto desse meio na construção do vínculo mãe-bebê (Stella et al., 2016). Segundo Narvaz e Koller (2004), na teoria ecológica os

processos psicológicos passam a fazer parte de sistemas, nos quais o indivíduo é apenas um dos elementos, sendo o foco os processos e as interações, ou seja, é dada uma dimensão temporal a eles, uma vez que o desenvolvimento se dá ao longo do tempo. O modelo proposto por Bronfenbrenner, dentro dessa teoria, então, propõe que o desenvolvimento humano seja estudado por meio de quatro núcleos inter-relacionados: o Processo, a Pessoa, o Contexto e o Tempo (Narvaz & Koller, 2004). Com a finalidade de investigar como se dá a formação do vínculo entre a cuidadora e a criança desde a gravidez até o convívio na prisão, será dado enfoque no núcleo do Contexto.

Essa esfera compreende a interação de quatro níveis ambientais: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema. No primeiro, segundo Narvaz e Koller (2004), há um padrão de atividades, papéis sociais e relações interpessoais vividos face a face pela pessoa em desenvolvimento. É nele que operam os chamados “processos proximais”, que são “*formas particulares de interação entre o organismo e o ambiente que operam ao longo do tempo e são os principais motores do desenvolvimento*” (Bronfenbrenner & Morris, 1998, citado em Narvaz & Koller, 2004). Além disso, as outras pessoas do ambiente atuam, através de seus sistemas de crenças, como elementos que ativam e mantêm relações de reciprocidade com a pessoa em desenvolvimento (Narvaz & Koller, 2004). É nesse nível que se desenvolve o vínculo, o apego e todas as demais formas de relação do bebê com a mãe, com eles se influenciando diretamente, mas também sofrendo influência direta dos demais níveis.

Continuamente, o mesossistema consiste no conjunto de microsistemas do sujeito e na relação que se estabelece entre eles (Bronfenbrenner, 1979/1996, citado em Narvaz & Koller, 2004), ou seja, no contexto prisional e tomando a mulher como foco, seria a junção da relação entre o bebê e as demais presas, entre ele e os agentes penitenciários, e assim por diante, entre os componentes que têm relação direta com ela. Por sua vez, o exossistema envolve os ambientes que essa mulher não frequenta

ativamente, mas têm influência direta sobre seu desenvolvimento. No caso do cárcere, Cordeiro (2009) pontua que o exossistema e o mesossistema se confundem, pois as relações que seriam estabelecidas com a comunidade imediata estão restritas ao ambiente institucional, compreendendo o primeiro, assim, às vivências coletivas e aos espaços de atividades laborais, educacionais e recreativas (Albuquerque et al., 2020).

Por fim, o macrosistema é composto por “*um conjunto de ideologias, valores, crenças, religiões, formas de governo, culturas e subculturas presentes no cotidiano das pessoas*” (Bronfenbrenner, 1979/1996, citado em Narvaz & Koller, 2004), ou seja, esses aspectos influenciam o indivíduo em desenvolvimento e também os sujeitos com quem ele irá desenvolver relações ao longo da vida. O macrosistema é expandido, então, no presente estudo, às relações extramuros, com a comunidade externa (Albuquerque et al., 2020), e para que se compreenda a realidade das mães e gestantes na prisão de forma contextualizada, o procedimento de inserção ecológica previsto por Bronfenbrenner se faz importante, consistindo na entrada do pesquisador no cárcere, ambiente do fenômeno a ser investigado, e em sua integração com ele (Cecconello & Koller, 2003).

A díade mãe-bebê, chamada de díade primária, como exposto, constitui um aspecto importante para o desenvolvimento da criança e é mais provável que ela adquira valores, conhecimentos e habilidades por meio dela, com quem passou a ter um significado emocional para ela (Stella et al., 2016). No entanto, segundo Stella et al. (2016), Bronfenbrenner destaca que para o bom funcionamento dessa relação é necessário que uma terceira pessoa esteja envolvida, como o pai, por exemplo, sendo que no sistema penitenciário, nesse sentido, ela pode estar comprometida porque esse novo indivíduo não está presente ou a díade pode ser influenciada ou interrompida pelos regulamentos internos. Dado isso, fica claro que o reconhecimento de todas essas esferas torna perceptível suas influências umas sobre as outras e sobre a mulher, como

também se faz imprescindível para que se compreenda a formação do vínculo mãe-bebê, quais benefícios ou prejuízos podem estar envolvidos nessa relação, e no que ela difere de uma construção normativa.

Devido à escassez de pesquisas sobre esses aspectos, não se pode estabelecer se essa vivência, ainda que com excessos – uma vez que a díade se dá por tempo integral, é prejudicial para a mãe, para o bebê ou para ambos. Até mesmo a separação dos filhos após o período de convivência permitido, geralmente vista como prejudicial, por exemplo, pode ser vista por diferentes ângulos, como o caso de ser fator de proteção para a criança, em casos de mães em vulnerabilidade moral, social e econômica (Flores & Smeha, 2018). Sendo assim, é importante investigar diferentes variáveis que interferem nessa relação, o contexto aversivo em que ela se desenvolve e os fatores de risco e proteção envolvidos, para que seja possível o desenvolvimento de intervenções e políticas públicas de assistência para mães e filhos (Ormeno et al., 2017). Ainda, pretendeu-se dar destaque às mulheres que já são abandonadas na prisão e mais ainda quando estão passando pelo processo de gestar, e confrontar as concepções repletas de pré-conceitos que a sociedade geralmente tem sobre elas, permitindo a elas dar seus testemunhos acerca da maternidade e de uma problemática tão complexa quanto o encarceramento de mulheres mães (Villalta et al., 2019).

OBJETIVO

Geral

Investigar a experiência de se tornar mãe atrás das grades e analisar as variáveis envolvidas no processo de gestar, parir e conviver com o bebê nesse ambiente, tais como suas implicações na formação do vínculo mãe-bebê.

Específico

1. Identificar os aspectos que correspondem à vida pessoal, ao histórico de vida familiar e ao processo gestacional de cada participante.
2. Analisar como as participantes avaliam a relação estabelecida com o bebê, desde a gravidez até o puerpério.
3. Avaliar os eventos vitimizadores e estressores que elas possam ter vivenciado ao longo de suas vidas.

MÉTODO

Participantes

Foram selecionadas para o estudo três mulheres em privação de liberdade, da Penitenciária Feminina de Votorantim, localizada no Estado de São Paulo. Todas eram maiores de 18 anos e no momento da primeira entrevista estavam grávidas, duas com oito meses de gestação e uma com cinco, além do fato de que não tinham previsão de término da pena antes do parto. Foram utilizados como critérios de exclusão mulheres que apresentassem alguma deficiência intelectual, problemas com uso de drogas, transtornos psiquiátricos ou que requiríssem qualquer tipo de auxílio para elaborar e responder perguntas.

Instrumentos

1. Roteiros de entrevista semiestruturada mensais que foram elaborados pela pesquisadora para atingir os objetivos da presente pesquisa (Anexo 1). Esse tipo de instrumento foi previamente planejado e visava estimular a fala das participantes, podendo serem inseridas perguntas complementares nele à medida em que a entrevista vai ocorrendo. Por não ter questões fechadas, então, esse modelo favorece perguntas e respostas espontâneas e a obtenção de informações que não estavam previstas inicialmente no roteiro (Nascimento & Rosa, 2015). O roteiro de entrevista mês 1 foi aplicado durante a gestação e era composto de perguntas a respeito dos dados demográficos das participantes, seus históricos familiares, seus processos gestacionais, suas redes de apoio e suas relações com os bebês antes mesmo do nascimento – como os visualizam, como interagem, quais são as expectativas e quais os medos.

Já o roteiro de entrevista mês 2 foi aplicado após o parto e teve questionamentos acerca da vivência com o filho no ambiente prisional, suas características, e como se

dava a díade mãe-bebê para cada uma das mulheres, tendo também perguntas a respeito da futura separação do bebê e dos sentimentos envolvidos nesse processo.

2. Questionário de Eventos Estressores (Van Houndenhove et al., 2001), que possibilita identificar os eventos vitimizadores estressores ao longo da vida das participantes. O instrumento se configura como um questionário autoaplicável e foi traduzido para o português no estudo de Rabelo (2006), descrevendo dezoito situações estressoras que remetem a cinco categorias de vitimização propostas por Van Houndenhove et al. (2001): negligência emocional, abuso emocional, abuso físico, assédio sexual e abuso sexual. Para cada uma das situações, é pedido que as participantes respondam se aconteceu (sim/não), quem praticou o ato, que idade elas tinham na época (antes dos 16 anos/depois dos 16 anos/durante toda a vida) e o quanto isso as afetou (0-10). Além disso, o instrumento também possui questões sobre trabalho infantil, que foram incluídas a partir do estudo de Reis et al. (2010), cujos resultados indicaram que ele poderia ser um elemento estressor frequente na realidade nacional.

Procedimentos

Etapa 1 – Elaboração dos instrumentos

Inicialmente, as entrevistas semiestruturadas foram elaboradas e encaminhadas para profissionais da área de Psicologia com experiência em maternidade, relação mãe-filho ou com mulheres encarceradas para que eles avaliassem se as perguntas eram adequadas à população-alvo e se atendiam aos objetivos da pesquisa. Após o retorno dos especialistas, foram realizadas as alterações sugeridas, obtendo-se a versão final do instrumento (ver Anexo 1).

Etapa 2 – Condução dos procedimentos éticos

O projeto foi encaminhado ao Comitê de Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); após aprovado (CAAE 47750821.8.0000.5504), foi encaminhado para anuência da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central de São Paulo (Penitenciária Feminina de Votorantim); e, por fim, dada a anuência, foi feito o contato com a diretoria da penitenciária em questão.

As participantes só integraram o estudo após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo 2), no qual foram explicitados os objetivos da pesquisa, o tipo de dado que seria coletado e a forma de participação. Além disso, foi assegurado o sigilo das informações obtidas, a forma de divulgação dos dados e a possibilidade de desistência do participante a qualquer momento da coleta, sem qualquer tipo de prejuízo.

Etapa 3 – Recrutamento das participantes

Foi realizado o contato com a Penitenciária Feminina de Votorantim, a fim de verificar se existiam participantes que correspondessem aos critérios de inclusão, quisessem participar do estudo, e podiam ser entrevistadas. Após selecionadas três possíveis participantes, o TCLE foi enviado para a diretoria da penitenciária por e-mail e devolvido com a assinatura de todas, permitindo o início da coleta.

Etapa 4 – Coleta de dados

Tendo em vista o momento mundial de pandemia por COVID-19 e a impossibilidade de que a coleta de dados fosse realizada de maneira presencial, ela foi realizada integralmente de modo on-line. Para isso, foi necessário um computador com

conexão à internet, disponibilizado pela própria Penitenciária Feminina de Votorantim, e a utilização da plataforma Teams, de videoconferência.

As entrevistas foram realizadas por meio da plataforma, porém sem a utilização de vídeo, apenas do áudio, que foi gravado com anuência das participantes e da unidade prisional, para posterior transcrição e análise dos dados. Elas foram realizadas em dois momentos: um durante a gestação e outro cerca de um mês após o parto e durante a convivência com o bebê na Unidade. Além disso, cada uma delas teve de trinta minutos a uma hora de duração e a aplicação do Questionário durou em torno de dez minutos, tendo sido aplicado apenas no primeiro encontro.

Etapa 5 – Análise dos dados

As situações dos 18 itens do Questionário de Eventos Estressores remetem às cinco categorias de vitimização propostas por Van Houndenhove et al. (2001): 1) Negligência emocional: itens que avaliam a ocorrência de sentimentos de abandono ou solidão, ausência de redes sociais de cuidado, falta de apoio por familiares ou pares (ex., Ninguém cuidou de mim em alguma situação em que eu precisava); 2) Abuso emocional: itens avaliando situação de perseguição, humilhação, intimidação ou vitimização por castigos verbais (ex., já fui ameaçada por alguém); 3) Abuso físico: descreve situação de maus tratos físicos, como ser espancado e/ ou torturado (ex. alguém já me bateu de tal forma que fiquei com hematomas ou vermelhidão no local); 4) Assédio sexual: apresenta situação descrevendo investidas sexuais desagradáveis, sem contato físico (ex. Alguém já me constrangeu com gestos obscenos ou palavras obscenas a fim de tentar uma relação sexual indesejada por mim); 5) Abuso sexual: itens que descrevem a ocorrência de atos sexuais indesejados, envolvendo contato físico, com ou sem intercursos sexual (ex. Já fui obrigada a ter relação sexual pelo uso de força física ou ameaça). Considerou-se a presença de um único item de cada escala para

determinar a sua ocorrência. Pretendeu-se, com isso, verificar a influência dos históricos de vidas das participantes tanto na maneira como ela lida com a prisão e a gestação, como se relaciona posteriormente com o filho dentro das grades.

Todas as entrevistas, após terem sido transcritas, foram analisadas qualitativamente a partir da análise de conteúdo de Bardin, um conjunto de técnicas que tem como intuito obter a descrição de conteúdo de mensagens, por meio de métodos objetivos e sistemáticos (Bardin, 2011). Para a realização da análise de conteúdo, inicialmente a pesquisadora codificou uma entrevista de modo a estabelecer códigos de análise (ver Tabela 1). Posteriormente, para controlar ou minimizar enviesamentos na análise dos dados, optou-se por avaliar a objetividade da classificação a partir de um grau específico de concordância entre dois avaliadores (estudantes de graduação do curso de psicologia), ou seja, o acordo inter-juízes (Fonseca et al, 2007).

Tabela 1. Lista de categorias e códigos utilizados para análise das entrevistas

Categorias	Códigos
Pai biológico	Situação atual do pai biológico
	Prisão do pai biológico
	Relação com o pai biológico
	Término com o pai biológico
Ex-parceiro	Ex-parceiro
	Situação atual do ex-parceiro
Parceiro	Ausência de cuidados do parceiro com o bebê
	Histórico prisional do parceiro
	Crime cometido pelo parceiro
Rede de apoio	Rede de apoio – família
	Rede de apoio – família extensa
	Rede de apoio - financeiro
Filhos	Presença de outros filhos
	Paternidade dos demais filhos
	Cuidados com os filhos antes da prisão
	Planejamento dos filhos
Relacionamentos	Perspectivas de relação com os filhos no futuro
	Primeiro relacionamento
	Segundo relacionamento
Gravidez/gestação	Último relacionamento
	Tempo de gestação
	Descoberta da gravidez

Descoberta da gravidez pelo pai biológico	
	Gestação
	Diferença entre gestações
	Acompanhamento médico
	Acompanhamento psicológico
Bebê	Planejamento do bebê
	Sexo do bebê
	Interação com o bebê
	Imaginário do bebê
	Convivência com o bebê
	Relação com o bebê
	Saúde do bebê
	Característica do bebê
	Perda de bebê anterior
Parto	Perspectivas para o parto
	Partos anteriores
	Acompanhante no parto
	Informação sobre o parto
	Parto
Amamentação	Amamentação
	Amamentações anteriores
Maternidade	Percepção de si como mãe
Separação	Separação do bebê
	Decisão sobre o momento de separação
	Futuro do bebê pós-separação
	Contato com o bebê pós-separação
Prisão	Crime cometido
	Histórico prisional
	Tempo de cumprimento de pena
	Troca de regime
	Perspectivas do cumprimento de pena
	Momento da primeira prisão
	Momento da última prisão
	Modo de tratamento na prisão
	Relação com as demais presas
Relação com os funcionários	
Visitação	
Tráfico	Envolvimento do ex-parceiro no tráfico
	Envolvimento no tráfico
	Uso de substância do ex-parceiro
	Uso de substância
Violência	Violência moral
	Violência física
	Violência psicológica
	Ameaça
	Discriminação
	Negligência emocional
Trabalho	Trabalhos anteriores
	Situação ruim no trabalho
	Direito de trabalhar

	Perspectiva profissional Ausência de oportunidades
Educação	Educação parental Educação escolar Perspectiva de educação escolar Desejos para a educação do bebê
Sentimentos/emoções	Repertório emocional Sentimentos sobre a separação dos demais filhos Sentimento de injustiça Sentimentos na descoberta da gravidez Sentimentos durante a gestação Sentimentos no momento do parto Sentimentos sobre a amamentação Sentimentos no puerpério Sentimentos sobre a separação do bebê Sentimentos pós-entrevista Apego Cansaço Esperança Ansiedade Depressão
Vivência familiar	Vivência cotidiana Relação com a mãe Relação com o pai Relação com os irmãos/irmãs Demonstração de afeto
Infância	Infância Ambiente familiar na infância Prisão dos pais Nascimento na prisão
Futuro	Planos anteriores para o futuro Planos futuros
Momentos	Momento feliz Momento triste Momentos preferidos Momentos marcantes

Para tanto, uma amostra de uma entrevista foi enviada para que eles codificassem o roteiro independentemente, a partir dos códigos pré-estabelecidos. Após a análise pelos auxiliares de pesquisa, foi calculado o coeficiente de Kappa (κ) proposto por Cohen (1960), a partir do software SPSS versão 22.0. De acordo com Fonseca et al (2007), o coeficiente kappa é o mais utilizado quando é necessário classificar dados em categorias nominais. Os pressupostos básicos para o seu cálculo são: (1) as unidades em análise devem ser independentes; (2) as categorias da escala nominal são independentes,

mutuamente exclusivas e exaustivas; e (3) os juízes atuam independentemente. Cada avaliador pode distribuir as unidades de análise pelas diferentes categorias livremente. Os valores de Kappa variam de -1 até +1. Quanto maior o valor de kappa, mais forte a concordância, sendo que valores kappa iguais a zero indicam que a concordância é aquela que seria esperada ao acaso e valores menores de zero, a concordância é mais fraca do que seria esperado ao acaso. Segundo MacHugh (2012), valores 0-0,20 nenhuma concordância; 0,21-0,39 concordância mínima (0-4% de dados confiáveis); 0,40-0,59 concordância fraca (4-15% de dados confiáveis); 0,60-0,79 concordância moderada (15-35% de dados confiáveis); 0,80-0,90 concordância forte (64-81% de dados confiáveis); e acima de 0,90 quase perfeito (82-100% de dados confiáveis).

Como na primeira análise realizada pelos avaliadores o valor de kappa obtido ($k=0,13$) indicou nenhuma concordância, foi realizada uma reunião com os mesmos de modo a identificar dificuldades e dúvidas em relação aos códigos e à tarefa em si. Posteriormente, uma nova amostra de entrevista foi enviada para a análise dos mesmos e novamente foi calculado o coeficiente kappa. Nessa segunda rodada de análise, verificou-se um valor de $k=0,90$, indicando uma concordância quase perfeita, o que possibilitou passar para a próxima etapa.

Finalmente, os avaliadores codificaram as transcrições das entrevistas e os resultados dos dois instrumentos e suas respectivas análises foram triangulados, no intuito de investigar o fenômeno da maternidade no sistema carcerário sob diferentes perspectivas e, dessa forma, enriquecer sua compreensão e detalhamento.

RESULTADOS

Caracterização das participantes

A Tabela 2 a seguir apresenta os dados de caracterização das participantes e, em seguida, há uma descrição de cada participante em relação a sua história de vida. Foi pedido para que cada uma delas escolhesse um nome fictício para serem retratadas no estudo, de modo a garantir o sigilo de suas identidades.

Tabela 2. Caracterização das participantes

Nome	Idade	Gênero	Cor/etnia	Estado civil	Escolaridade	Presença de outros filhos
Rosa	22	Feminino	Branca	Amasiada	Ensino Fundamental completo	Sim, uma menina
Bruna	36	Feminino	Parda	Solteira	Ensino fundamental incompleto	Sim, duas meninas e um menino
Jasmin	21	Feminino	Preta	Amasiada	Ensino fundamental completo	Sim, uma menina

Rosa

Rosa era uma mulher branca, 22 anos, que estava na Penitenciária Feminina de Votorantim há três meses, em regime fechado, pelo crime de tráfico de drogas. Ela foi condenada a seis anos de prisão. No momento da entrevista, Rosa estava com oito meses de gestação de um bebê do sexo masculino. Ela já era mãe de uma menina de quatro anos, de pai biológico diferente do pai do bebê, e tinha sofrido um aborto anteriormente, com quatro meses de gestação. A filha estava sob cuidados da avó, que já assumia os cuidados da neta antes do encarceramento de Rosa. Destaca-se que o ex-parceiro, pai biológico da filha, também estava encarcerado no momento da entrevista.

Dois anos antes, Rosa diz ter sido presa em flagrante devido a um mandado de busca e apreensão. Ela relata ter ficado quatro dias em regime fechado na época e estava cumprindo prisão domiciliar há dois anos, quando a mesma foi revogada para o regime fechado (momento da entrevista) na penitenciária de Votorantim. Rosa relata que não sabia o motivo da revogação do regime de pena e que já estava grávida no momento que ele aconteceu, que ela considera como tendo sido injusto:

“(...) apesar que eu já estava mudando bastante, já não tinha envolvimento mais com o tráfico, então por isso que eu achei muito injusto de eu ter voltado de novo né” (Rosa, 1ª entrevista)

Além disso, Rosa já havia trabalhado em lanchonete e em casa noturna, mas, quando iniciou o relacionamento com o seu parceiro atual, parou de trabalhar, porque segundo ela, *“(...) O meu marido não me deixa trabalhar, porque ele já trabalha né, ele fala que mulher tem que cuidar dos filhos e da casa”*, tendo ele e sua mãe como rede de apoio financeiro. Antes da prisão, Rosa morava com eles e com a filha. Seu parceiro, de acordo com a participante, *“Tá fora da prisão, ele trabalha na roça de laranja”*. *“Tá em liberdade. O pai do bebê é trabalhador, né, ele trabalha na roça e tudo”* e era quem a visitava, junto de sua mãe.

Quanto ao histórico de experiências adversas, Rosa descreveu abuso e negligência emocional. Em relação ao abuso, Rosa relatou ter sofrido discriminação da sua família nuclear, com relação a um envolvimento com mulheres durante uma fase de sua vida, atribuindo uma nota 7 ao quanto o ato a impactou. Quanto a negligência emocional, Rosa destacou ausência de cuidados e atenção pela família nuclear ao longo do seu desenvolvimento, considerando um impacto alto (valor=10).

Bruna

Bruna, 36 anos, era uma mulher parda, solteira, mãe de três filhos (duas meninas e um menino) e com oito meses de gestação de um bebê do sexo feminino no período da

primeira entrevista. O pai biológico do bebê era diferente do pai dos outros filhos, os quais estavam sob cuidados de sua família, com quem ela habitava antes do encarceramento.

“Não tenho mais contato com o pai deles e com o pai do bebê também não, não tive mais (...) porque não tava dando certo, e eu queria ficar, dar mais atenção pra minha filha né, porque eu já fiquei um tempo longe dela” (Bruna, 1ª entrevista)

Bruna foi condenada pelo crime de tráfico de drogas e estava na Penitenciária Feminina de Votorantim há três meses, em regime fechado, não sabendo quanto tempo de pena ainda teria que cumprir. Ela teve um relacionamento abusivo de 15 anos com o pai dos seus três primeiros filhos. Seu ex-marido, ao longo do relacionamento, se envolveu no tráfico de drogas e, quando ele foi preso, ela foi presa também, cerca de dois anos antes da primeira entrevista. Ela relatou ter ficado quatro meses em regime fechado, ter trocado para a prisão domiciliar e, dois anos depois, ter voltado “revogada” para o regime fechado, na penitenciária de Votorantim, sem saber o motivo. Bruna já estava grávida no momento do encarceramento. O ex-parceiro ainda estava encarcerado no momento da entrevista.

Além disso, antes da prisão atual, Bruna morava com os pais, irmãos e filhos. Ela recebia visitas dos pais e dos irmãos e, de acordo com ela, eles eram sua rede de apoio:

“(...) Eu peço, eu falo muito pra Deus que eles não me abandonaram aqui, né, tão do meu lado (...) independente de tudo o que aconteceu, eles estão do meu lado, sempre tá me apoiando, pedindo pra mim manter a calma, pra mim ter paciência, que logo eu estarei lá com eles se Deus quiser (...) nos meus piores momentos eles estavam do meu lado” (Bruna, 1ª entrevista)
“Minha família que vem me visitar, meus irmãos e minhas irmãs” (Bruna, 1ª entrevista)

Ela trabalhava, tendo como locais de trabalho uma cooperativa agropecuária e uma fábrica de alimentos. Bruna relatou que começou a trabalhar após o término de seu relacionamento, pois, de acordo com ela, “(...) *depois que eu casei com ele, ele não deixava eu fazer mais nada, entendeu? Então dos 18 anos pra lá eu já não conseguia, eu fui conseguir trabalhar depois que ele foi preso a primeira vez, aí eu consegui arrumar emprego, mas ele não deixava eu fazer nada*”.

Quanto ao histórico de experiências adversas, Bruna descreveu as violências físicas (por exemplo, controle de comportamento, soco, espancamento, chutes, uso de objetos para machucar e sequelas físicas – vermelhidão e hematomas) e psicológicas (por exemplo, ameaça, chantagem e desvalorização) praticadas pelo ex-marido, considerando que essas situações a afetaram muito (valores=10).

“Isso, daí depois eu tive o pai da E. e do T., esse que acabou com a minha vida, foi com... eu fiquei 15 anos. Esse é o que destruiu minha vida, fez eu parar nesse lugar (...) eu me envolvi com esse cara e foi perdição, eu acabei com a minha vida. Foi ele que acabou com tudo, que ele deixava as coisas dele lá e me largava lá, me abandonava lá, e era tudo do jeito que ele queria, então havia muitas agressões né, ele me batia muito, então entrei numa depressão, eu já não queria mais viver mesmo, aí depois que aconteceu a prisão ele não segurou no instante momento, falou que não era nada dele, aí depois que ele foi segurar tudo, por causa da neném né, porque eu tava amamentando ela também... mas ele foi o problema de tudo, ele que fez tudo errado. (...) Só sei que o primeiro ano de relacionamento foi uma beleza, depois dali era só briga, só destruição (...) depois que foi aparecendo, foi soltando as “garrinhas” né” (Bruna, 1ª entrevista)

Somado a essas situações, Bruna descreveu sofrer discriminação e desrespeito pela sociedade como um todo e falta de atenção ao longo do desenvolvimento, também considerando que essas situações tiveram grande impacto em sua vida (valores=10).

“Ah, o pessoal né, da rua mesmo, por tudo o que aconteceu comigo né, tem muita gente que discrimina né, pensa que a gente é um bicho, que a gente é um monstro. (...) Querendo ou não a gente é ser humano né, a gente erra, mas a gente sabe do nosso erro, a gente pode mudar né, tem pessoas que tinha que dar uma

oportunidade da gente mudar, igual de desemprego mesmo... que você pede na rua, que as pessoas tipo “ai, eu não vou empregar ela porque ela já é do mundo do crime, que ela fazia isso”, só que eles tinha que dar uma oportunidade né, de ver que a gente mudou né. (...) Querendo ou não, às vezes depende do lugar que você vai, que você frequenta, você depende da pessoa ali que discrimina mesmo, não... só de olhar, você às vezes toda tatuada, ou saber que você já é uma ex-presidiária, entendeu?” (Bruna, 1ª entrevista)

“Ah, desrespeitada a gente é, né. Querendo ou não, às vezes, dependendo do lugar que você vai, que você frequenta, você depende da pessoa ali que discrimina mesmo. Só de olhar, você às vezes toda tatuada, ou saber que você já é uma ex-presidiária, entendeu?” (Bruna, 1ª entrevista)

Jasmin

Jasmin, 21 anos, era uma mulher preta e mãe de uma menina de três anos. Ela estava na Penitenciária Feminina de Votorantim há três meses, em regime fechado, pelo crime de tráfico de drogas, não sabendo quanto tempo de pena ainda teria que cumprir. Ela estava com cinco meses de gestação, não sabia o sexo do bebê, e o pai do bebê era o mesmo da sua filha, que estava sob cuidados da avó materna, pois o parceiro também estava encarcerado. *“Quem cuida dela é a minha mãe, ela vem me ver, tudo, minha irmã também (...) meu pai”*. Antes do encarceramento, *“Ela ficava na creche, mas como tava na pandemia ela ficava com a babá (...) quando eu tava fora, eu tava trabalhando das 7h às 17h, nesse horário ela ficava com a babá, depois eu chegava e ficava com ela”*.

Ela relatou estar cumprindo pena desde 2018 e ter ficado um mês em regime fechado, um ano e três meses em prisão domiciliar, ter voltado “revogada” para o regime fechado por mais um ano e cinco meses, ter ficado cinco meses no regime semiaberto e depois ter obtido alvará de soltura, tendo ficado em liberdade por um mês e meio. No entanto, havia outro processo contra ela, do ano de 2019, também por tráfico

de drogas, e por isso ela foi presa novamente, já estando grávida, o que ela considera como tendo sido injusto:

“(...) Então é difícil né... a gente pra conviver... a gente sabe que errou, só que quando eles te trazem pra consertar a vida da gente, te colocar no caminho certo, eu não sei o que acontece que revoga a vida da gente, não pergunta se a gente tá trabalhando, se a gente tá... o que a gente tá fazendo. Antes de revogar a cadeia da gente, dá um benefício pra gente ficar na rua, vê como a gente tá, a situação da gente como que tá, como que não tá... pra depois revogar a cadeia da gente, ainda mais quando a gente tá grávida, que a gente vem com um bebê que eu não esperava. Eu estar de novo em uma cadeia, ainda mais grávida, de novo. Então é muita dor no coração (choro)” (Jasmin, 1ª entrevista)

Pouco depois que obteve o alvará de soltura, Jasmin morava com o marido, a sogra e a cunhada, e conseguiu um emprego: estava trabalhando em uma fábrica de brinquedos quando foi presa novamente. De acordo com Jasmin, enquanto na primeira entrevista seu parceiro *“Tá em liberdade, saiu de vez, ele tirou tudo o que tinha que tirar e não tem mais nada com a justiça”*, ao realizar a segunda entrevista notou-se que *“Ele foi preso. Revogou a cadeia dele faz uns quatro meses, por aí... cinco.”* Tal situação fez com que Jasmin se sentisse angustiada: *“Fiquei sabendo porque ele tá mandando carta (...) me senti perdida, porque pai e mãe presa, já tava a mãe presa, já tava desesperada querendo a mãe, depois o pai foi preso também, eu não imaginava”*. Durante a reclusão, ela recebia visitas de sua mãe e de sua irmã.

Jasmin relatou que durante a escolarização ela sofreu rejeição por parte dos colegas da escola, devido à sua cor (preta), e discriminação por parte da sociedade, com relação ao seu histórico prisional. Ademais, relatou negligência emocional, em especial a falta de cuidado e carinho, pela família nuclear, em especial a figura paterna. Todas as situações foram avaliadas como tendo afetado muito Jasmin (valores=10). Cumpre destacar que o pai e a mãe de Jasmin foram presos durante a sua infância e que ela

nasceu durante o cumprimento de pena da mãe, tendo o pai obtido a liberação primeiro que ela, como pode ser visto nos relatos abaixo:

“(...) Minha mãe teve eu na cadeia, mas foi lá em mil novecentos e pouco, quando ela tinha 14 anos, agora ela tem 50 e pouco. Teve eu na cadeia, aí meu pai abandonou ela comigo.” (Jasmin, 1ª entrevista)

“Só que daí, como minha mãe tava na cadeia, quem teve que ficar comigo foi o meu padrinho e minha tia, porque meu pai não ficou com a gente, nem comigo e nem com a minha irmã, que ficou com meus outros tios” (Jasmin, 1ª entrevista)

Os dados de caracterização das participantes indicam que a idade das participantes variou de 21-36 anos. Duas tinham ensino fundamental completo e duas estavam empregadas no momento do encarceramento. Todas tinham outros filhos, duas de outros relacionamentos, e todas foram presas já gestantes. Em relação aos cuidados dos filhos, antes do encarceramento, todas eram as responsáveis pelos cuidados dos mesmos. Após o encarceramento, os filhos estavam sob os cuidados das avós.

As três participantes foram presas pelo crime de tráfico de drogas devido ao envolvimento delas e dos parceiros/ex-parceiros, os quais também estavam encarcerados. Nenhuma delas fez uso de substância durante a gravidez e destaca-se que elas estavam cumprindo prisão domiciliar quando o regime foi revogado e tiveram que cumprir pena em regime fechado. Com relação às suas motivações para a entrada no tráfico, elas relataram:

“Então, porque na verdade meu ex-marido, no tempo antes de eu conhecer ele, ele já tinha sido preso né por isso, só que com o tempo depois ele voltou de novo né, daí eu fiquei interessada e me envolvi no meio também né, eu achei que seria, que é um dinheiro muito fácil né” (Rosa, 1ª entrevista)

“É, acabei... tipo assim, eu não mexia só que tava ali dentro da casa né, então se eu não fizesse o que ele mandasse, era pior, ou se ele tava ali mexendo e eu interferisse, era pior, eu apanhava, então eu tinha que deixar lá, não podia fazer nada” (Bruna, 1ª entrevista)

“Eu que entrei, com 16 anos. (...) Foi porque eu não queria depender da minha família, não queria depender dos meus pais,

queria ser eu própria, sabe? Com o meu dinheiro, aí eu entrei na vida errada que tinha. (...) Eu fui e falei com o cara que era dono, daí que queria trabalhar, e me colocaram pra trabalhar no outro dia” (Jasmin, 1ª entrevista)

“Chegou a... no tempo que ele ficou foragido, ele me ajudou bem dizer, porque ele tava na vida errada, só que aí como ele se juntou a mim, ele acabou querendo me ajudar pra mim não se atrapalhar, daí ele começou a me ajudar” (Jasmin, 1ª entrevista)

Em relação aos eventos estressores, todas as participantes vivenciaram eventos estressores ao longo da vida, em especial abuso emocional e negligência emocional. Apenas Bruna descreveu violências físicas sofridas pelo ex-parceiro. Quanto ao abuso emocional, todas indicaram sofrer discriminação, duas delas trazendo a violência estrutural presente na sociedade, uma vez que elas eram mulheres negras (preta e parda). Já a negligência emocional, em especial, atenção e cuidado, apareceu como omissões das famílias nucleares. Além disso, em quase todos os itens elas apontam que a ocorrência desses eventos as afetou muito, atribuindo o nível máximo.

A maternidade atrás das grades

Como descrito anteriormente, todas as participantes estavam grávidas no período em que a prisão domiciliar foi revogada e elas tiveram que cumprir pena no regime fechado. Ao serem questionadas a respeito do planejamento da gestação, apenas Rosa descreveu que o bebê tinha sido planejado, pois o parceiro atual dela não tinha filhos e eles queriam ter um filho juntos, de modo que o parceiro ficou muito feliz com a notícia. Jasmin, destacou que *“não foi planejada, aconteceu porque foi na saidinha. Eu saí de saidinha e ele saiu também, daí aconteceu (...) fiquei um pouco assustada né, porque eu tinha acabado de sair da cadeia de vez e eu sabia que tinha esse b.o do Tietê”*. Bruna relatou que *“Eu fiquei com ele pouco tempo, aí fui descobrir depois a gravidez e logo já vim presa (...) Nossa, meu muito caiu né”*, não tendo revelado a

gravidez para o pai biológico antes de ser encarcerada. Contudo, durante a segunda entrevista, a qual ocorreu após o nascimento da bebê, Bruna relatou:

“Eu chamei ele pra conversar, né, que ele não tá preso, ele tá na rua esse daí. Daí chamei ele pra conversar, falei, só que agora ele tá com a atual mulher dele, só que como ela não pode ter filho, então ela recebeu a Manu muito bem, tá bem cuidada, comprou de tudo pra neném... tá linda, as fotos que veio tá linda. As roupas são maravilhosas, bem cuidadinha. Ele recebeu ela bem” (Bruna, 2ª entrevista)

Quanto à gestação, todas relataram que ela estava sendo boa:

“Ah, a sensação é maravilhosa de a gente estar grávida, mas o que não agrada muito é que a gente sofre um pouco por estar aqui né, mas fora isso a sensação é maravilhosa, foi uma criança que eu planejei junto com o meu marido né” (Rosa, 1ª entrevista)
“Tá indo bem, independente do lugar né, que a gente se encontra, mas a gente tem que manter o pé firme” (Bruna, 1ª entrevista)
“Ah, tá sendo bem, tranquilo” (Jasmin, 1ª entrevista)

Considerando as dificuldades e a ambivalência de sentimentos que podem ser presentes nessa fase, com relação aos sentimentos das participantes durante o processo gestacional, elas apresentaram ansiedade, incômodo e sentimentos ruins relacionados ao ambiente em que estavam, apesar do amor pelo bebê:

“Ah, eu to bem ansiosa (...) eu não sei se é por causa de ser menino ou não, mas dessa vez mexe muito bem mais, a minha barriga é menor, não é grande igual a da outra vez, eu fico incomodada mais rápido (...) essa tá sendo mais difícil porque a gente nunca tá... como que eu posso dizer... contente do modo que a gente... como se eu tivesse sentada aqui, eu mesmo assim não to contente, eu to de pé eu também não to, então tudo incomoda né” (Rosa, 1ª entrevista)

“Eu tenho sentimentos ruins, né, eu peço muito a Deus que eu não venha a ter aqui dentro, que Deus faça um milagre na minha vida, né, vamos ver (...) nesse lugar aqui a gente não fica igual como se estivesse na rua. Sim, eu tô esperando com muito amor e carinho, que ele venha logo pra que eu veja o rostinho dele, pra que eu veja como ele é, pra que eu possa cuidar dele, só que eu vou poder cuidar dele só até 6 meses se eu tiver ele aqui né, então eu peço muito a Deus que eu saia logo pra ter ele na rua, pra não ter ele aqui” (Jasmin, 1ª entrevista)

Ademais, em diversos momentos foi relatado por Rosa a dificuldade de identificar e traduzir os próprios sentimentos, o que pode ser notado quando ela diz *“Ah, eu não sei né, porque, que nem eu falei, eu não sei muito... com os meus tipos de expressão, não sei muito o que eu sinto na verdade, é tudo meio confuso”*.

Já com relação ao parto, Bruna, que teve o bebê por via cesárea, e Jasmin, que teve por via normal, relataram que ele foi da forma como elas esperavam e que foi “feliz” e “maravilhoso”, respectivamente, embora Jasmin, que nasceu durante o cumprimento de pena da mãe, tenha enfrentado a dificuldade de repetir esse mesmo ciclo, como ela mesma relatou:

“Ah, foi ruim ter tido ela aqui, mas se Deus quis assim né, eu não posso fazer nada (...) fico pensando que o que a minha mãe passou comigo eu tô passando agora com ela, me dói muito”
(Jasmin, 2ª entrevista)

Rosa, por sua vez, que durante a gestação tinha como expectativa para o parto *“(...) que eu não sofra muito só né, eu espero que seja rápido, porque o da minha filha primeira demorou 13 horas, então eu espero que seja um pouquinho mais rápido”*, teve ela frustrada e pontuou que ele não foi da forma como ela esperava, que *“(...) o parto foi difícil né, foi horrível, demorou mais de 18 horas”*. Além disso, nenhuma das participantes teve acompanhante no momento do parto, devido à falta de informações sobre, uma vez que segundo Bruna *“Eu acho que não é permitido né”*, e segundo Jasmin *“Então, eu não sei agora se pode, não sei se pode alguém da nossa família acompanhar o parto né”*. Durante a gestação, esse foi um fator que causou ansiedade em Bruna, por exemplo, que relatou *“Tô meio ansiosa ainda porque eu tô longe da minha família, né, não vai ter ninguém perto de mim na hora”*

Somado à demora do parto, a falta de acompanhante parece ter sido outra adversidade enfrentada por Rosa, de acordo com o relato *“Ah, foi difícil né, me senti*

sozinha praticamente, não tinha nenhum familiar”. Ainda, outro aspecto observado é que Rosa teve uma intercorrência no momento do parto, envolvendo a saúde do bebê:

“(...) Ele fraturou a clavícula dele, né, e o atendimento não é aqui, é na rua. Na hora que ele nasceu, ele fez força e acabou fraturando. (...) A pessoa falou que era pra ele passar em um outro tipo de médico lá pra ver, né, mas não foi marcado ainda. (...) Ele tá bem, porque depois ele ficou normal, só que ele não fez o exame pra saber se realmente tá tudo bem, né” (Rosa, 2ª entrevista)

Em relação aos momentos de interação com o bebê durante a gravidez e após o nascimento – se ela interage ou não, como interage, se sente que o bebê corresponde, dentre outros aspectos, verificou-se que todas descreveram que conversavam bastante com eles durante a gestação. Quanto a interação após o nascimento, todas descreveram interagir conversando, brincando e se envolvendo nos cuidados do bebê:

“Ah, eu brincava bastante com ela, conversava muito com ela (...) ela queria falar, ficava olhando, então chegava à noite, assim, que a gente 17h tem que entrar na cela, eu dava um “bainho” nela, tomava um banho, aí deitava e ficava conversando, brincando, sabe? Fazendo de tudo pra ela. Mas ela tentava responder, tentava falar, dava risada, aí eu ficava passando assim pra ver se... aí ela ficava me seguindo. É uma belezinha” (Bruna, 2ª entrevista)

“Brinco, converso com ela, ela dá risada” (Jasmin, 2ª entrevista)

Embora durante a gestação elas tenham relatado não conseguir imaginar nenhuma característica dos bebês, durante o período de convívio as participantes já conseguiram elencar diversas feições, traços e mudanças que eles já apresentavam:

“Ah, por enquanto a única coisa que eu sei é que ele é parecido com o pai dele, né. (...) Agora ele tá mais calmo, porque ele era bem chorão” (Rosa, 2ª entrevista)

“Antes ele era sério, muito bravo, agora ele sorri” (Rosa, 2ª entrevista)

“Ela é muito esperta, muito esperta demais. Até a médica falava “nossa, ela é muito esperta!”. Ela já ficava durinha, já queria rir, já queria falar, muito esperta! (...) E é bem cabeluda, a coisa mais linda, gordinha. (...) Ela tem um gênio... mais ou menos. Ela já fecha a sobancelha, sabe? É bravinha, é bravinha (risos). Quando ela tava com fome, principalmente, ela dava uns gritos

que, meu Deus, parecia que tava matando dentro da cela (risos). (...) Ela nasceu bem parecida comigo, o jeito assim... só que ela só é morena, bem morena né, nasceu bem moreninha, mas é parecida comigo” (Bruna, 2ª entrevista)

“O rostinho dela já tava totalmente diferente, o olhar dela já tava diferente também. Aí recebi foto dela antes de ontem e ela já tá enorme, as bochechas tá explodindo” (Bruna, 2ª entrevista)

“Ah, ela tem um pouco de feição minha, mas ela parece um pouco com o pai dela também. (...) Ela fica dando risada, que agora ela tá olhando, tá me seguindo com o olho, já notei isso, e agora ela engordou um pouco também, a bochecha... mudou muito” (Jasmin, 2ª entrevista)

Esse convívio com o bebê, antes do parto, era imaginado como sendo tranquilo, de muito afeto e carinho. Após o nascimento, todas relataram que a relação foi muito positiva, embora elas desejassem que o contexto fosse outro:

“Ah, é difícil né, por estar nesse lugar, mas fora isso tá bem confortante pelo fato de ele estar comigo (...) muda tudo, agora eu tenho alguma coisa pra fazer, né, acho muito bom” (Rosa, 2ª entrevista)

“Tá sendo muito bom (...) mudou tudo, porque tem uma companhia nesse lugar” (Jasmin, 2ª entrevista)

Depois do nascimento e a partir das interações e das relações de afeto, carinho e cuidado que foram sendo criadas, as participantes conseguiram, com facilidade, elencar os seus momentos preferidos do dia a dia com o bebê:

“Ah, a parte de amamentar, que é a hora que ele fica olhando pra mim né, e a hora de dormir também. (...) Porque eu fico reparando nele, né” (Rosa, 2ª entrevista)

“Ai, todos. O primeiro sorrisinho dela foi... nossa, foi muito bom mesmo o primeiro sorriso dela” (Bruna, 2ª entrevista)

“Ah, de dar banho nela, de olhar ela dormindo, dando risada...” (Jasmin, 2ª entrevista)

Assim como os momentos que elas consideram como marcantes:

“Ah, a hora que ele nasceu mesmo, né, a hora que ele abriu o olho” (Rosa, 2ª entrevista)

“(...) Foi o dia do parto mesmo, foi o dia mais marcante mesmo, sabe? De ter visto ela, assim, na hora que trouxe ela pra mim, ela bem cabeluda, a coisa mais linda, gordinha... foi o dia mais

especial mesmo da minha vida, assim, sabe?” (Bruna, 2ª entrevista)

“A hora que eu vi o rostinho dela, que eu vi ela sair de dentro de mim né, porque eu fiz força, levantei a cabeça e vi saindo a cabeça dela” (Jasmin, 2ª entrevista)

Devido ao período de amamentação, o bebê tem o direito de ficar com a mãe no sistema prisional por, no mínimo, seis meses, e de acordo com a estrutura e os regulamentos do local, esse período pode se estender ou não. De acordo com os relatos, no caso da Penitenciária Feminina de Votorantim, é permitido que o bebê fique no máximo seis meses, e depois ele passa pelo processo de separação da mãe e pode ficar sob os cuidados da família dela, de outros cuidadores indicados ou de instituições de acolhimento. Durante a gravidez, Rosa manifestou o desejo de ficar com o filho durante os seis meses e de que depois ele fosse entregue ao pai, uma vez sua mãe já cuidava de sua filha mais velha. No entanto, após o parto ela demonstrou não ter tanta certeza da decisão sobre o tempo de permanência do bebê, relatando *“Ainda não sei, eu tava pensando pra ele ir pra casa em janeiro, mas agora eu já não tenho tanta certeza”*.

Da mesma forma, Jasmin manifestou o desejo de ficar com o bebê durante os seis meses, com a diferença de ter mantido essa vontade após o nascimento; após a separação, ele ficaria com a avó materna. Já Bruna, a fim de evitar o estabelecimento de um vínculo e de uma relação de apego com o bebê, assim como um maior sofrimento na separação, durante a gravidez sinalizou que entregaria ele a sua família antes dele completar um mês de vida, de acordo com o relato:

“(…) Vou esperar ela nascer, se eu ver que eu não vou embora agora, eu vou entregar ela pra minha família já, porque eu não quero me apegar, porque depois vai ser mais doloroso pra mim, eu vou sofrer mais ainda se eu ficar com ela aqui até os 6 meses e ter que entregar e passar, vai... a minha cabeça vai, vai mexer muito com a minha cabeça. Então eu prefiro, se eu não for embora agora, e ela nascer, eu pretendo entregar com uns 20, 25 dias. (...) Se eu ficar, eu não vou ter força pra entregar, vai ser pior pra mim, então, é... eu já desde o começo que eu coloquei o pé aqui eu já tô decidida mesmo com 20, 25 dias eu entregar ela pra minha família mesmo, né, pra mim não se apegar, porque eu

já deixei uma de 3 anos lá que já tá mexendo com a minha cabeça de tal forma, porque ela fica me procurando lá em casa... e imagina, aí você se apega a essa daqui e tem que entregar, aí é pior” (Bruna, 1ª entrevista)

Apesar de ter ficado em dúvida sobre a entrega após o nascimento, Bruna manteve sua decisão e entregou o bebê para a família quando ele completou um mês, porque, de acordo com ela, o ambiente prisional não era adequado para ele, conforme descrito abaixo:

“(...) Aí depois eu decidi, porque eu não ia entregar ela agora, só que aí depois eu decidi entregar ela, porque aqui não é lugar pra uma criança. (...) Eu queria entregar ela assim que ela nascesse né, uns 15 dias no máximo, só que aí eu fui vendo, aí fui me apegando, só que aí eu peguei e falei “não, é melhor eu entregar agora porque eu vou me apegar mais e o sofrimento vai ser pior” (Bruna, 2ª entrevista)

A separação da díade mãe-bebê é um processo que, desde a gestação, evoca sentimentos e emoções diversos e gera grande sofrimento, como é possível observar nos relatos das participantes durante a primeira entrevista:

“Olha, antes eu pensava, mas agora que tá chegando tão perto e como também eu não to me imaginando muito nessa parte de separação, ter que separar do meu filho né. (...) Eu não queria mandar meu filho embora, eu queria ir embora junto com ele” (Rosa, 1ª entrevista)

“Ah, é triste né, a gente pensa sim que é uma tristeza” (Bruna, 1ª entrevista)

“Sim, eu fico pensando muito, fico pensando muito porque esse momento é o pior né. (...) Sinto vontade de chorar, sinto vontade de tudo, é uma dor muito forte de imaginar que a gente vai ter que entregar seu bebê, não vai poder cuidar dele, ou a gente quer cuidar... pra poder dar carinho e amor como a gente quer dar, então a gente fica mal, né” (Jasmin, 1ª entrevista)

No caso de Bruna, que optou pela entrega do bebê e já havia passado por esse processo no momento da segunda entrevista, foi possível perceber alguns impactos emocionais que a separação causou, passando esse a ser, segundo ela, o pior momento de sua vida, tendo gerado inclusive um estado depressivo:

“Já entreguei já, vai fazer um mês agora, entreguei ela com um mês. (...) Foi ruim a entrega dela, ainda to me recuperando, foi muito triste, muito. (...) Na hora que a senhora pediu pra arrumar ela, aí já levantei de manhã, já dei um banho, já dei ‘mamá’ pra ela, aí quando foi umas nove horas a senhora me chamou. A hora da entrega foi a pior parte da minha vida, de ver ela indo embora, sabe? (choro). Foi a pior. Foi a entrega da minha filha (choro)” (Bruna, 2ª entrevista)

“Eu fiquei... no momento que já tava chegando o dia de eu entregar ela, então uma semana antes de eu entregar ela eu já fiquei muito mal, só chorava... tá difícil, eu to tentando ser forte, mas tá difícil. (...) Não poder estar ali com ela, amamentando ela, estar vendo o desenvolvimento dela... isso que tá sendo difícil. (...) To sofrendo demais mesmo, demais, demais, demais, tava quase entrando em depressão, não to me alimentando, nada. (...) To tentando ser forte, mas não... tá difícil, porque eu não to conseguindo me alimentar, pensamento na minha cabeça 24 horas. Tá difícil, demais mesmo, to pedindo força pra Deus, pra mim sair da depressão, porque tá muito difícil mesmo. Saudade dela” (Bruna, 2ª entrevista)

Além da separação do bebê, no momento em que as participantes foram presas, como todas já tinham outros filhos, elas também vivenciaram a separação deles, e, durante a permanência em reclusão, não tiveram mais contato com os mesmos, uma vez que a maioria deles são crianças e os filhos adolescentes de Bruna ainda não estavam liberados pela penitenciária para visitação. Sendo assim, elas relataram sobre as dificuldades, a saudade e a dor de não poder exercer o papel materno para com eles, de acordo com o excerto abaixo:

“Ah... eu sinto falta da minha filha n , mas... não tem o que eu possa fazer por enquanto, enquanto eu to aqui” (Rosa, 1ª entrevista)

“(...) Você ser separada dos filhos dói muito, dói demais” (Bruna, 1ª entrevista)

“(...) Agora tão difícil, ainda mais com duas pequenas na rua, não   fácil” (Bruna, 2ª entrevista)

“Ah, é muito ruim, a criança sofre muito né. Eu pensei que ela não ia me chamar de mãe, porque eu deixei ela com 10 meses de idade quando revogou a minha cadeia, só que minha mãe ensinou ela a dizer, a chamar de mãe, mostrava as minhas fotos pra ela, trouxe ela uma vez pra mim ver ela uma vez. Depois eu até sa  de saidinha, ela ficou toda feliz comigo, com o pai dela ter saído de saidinha, ela ter conhecido o pai dela, ter conhecido eu. Aí há esses poucos tempos que eu fui na av  dela, era como se fosse se apegando a mim n , ela tava dando um mês e ela não tava se

acostumando porque ela tava acostumada a dormir com a minha mãe. Quando ela dormia com o pai dela, daí à noite ela pedia pra ir com a avó dela, mas depois ela tava acostumando e só queria dormir com a gente. Ela tava se apegando comigo né... e minha mãe falou na visita que ela teve saudade de mim, que ela chama a mãe dela de noite, ela fala que uma hora “papai do céu” vai fazer a mãe dela sair da cadeia (choro). Então é difícil né... (...) Eu estar de novo em uma cadeia, ainda mais grávida, de novo. Então é muita dor no coração (choro)” (Jasmin, 1ª entrevista)

Para identificar a experiência de maternar durante o encarceramento, então, também foram coletados dados antes do parto a respeito das perspectivas da relação da mãe com os filhos. Bruna e Jasmin destacaram o desejo de mudar, de estar presente, estar junto aos filhos, cuidando dos mesmos, como pode ser observado nos relatos abaixo:

“Ah, espero que seja melhor, né... sempre estar presente ali, do lado deles, porque você ser separada dos filhos dói muito, dói demais” (Bruna, 1ª entrevista)

“Ah, quando eu sair o que eu mais quero é só cuidar deles mesmo, da L., da M. (...) só quero cuidar dos meus filhos mesmo e ter outra vida, sabe? Mudar de vida” (Bruna, 2ª entrevista)”

“Ah, eu vou fazer tudo, eu vou fazer ser o melhor possível, aproveitar” (Jasmin, 1ª entrevista)

“Ah, eu quero dar toda a atenção e amor do mundo pras minhas filhas, dar toda a atenção do mundo pra elas, vou mostrar o quanto eu amo elas, o quanto dessa vez eu não tive culpa de estar longe delas... eu queria estar o mais próxima possível delas, porque esse é um amor e tanto” (Jasmin, 2ª entrevista)

No momento da segunda entrevista, os filhos de Rosa e Jasmin tinham um mês de vida, e Bruna conviveu com sua filha até ela completar um mês. Ainda que a convivência entre eles fosse recente, foi possível observar nos relatos que já havia sido estabelecida uma relação de apego, até mesmo no caso de Bruna que optou pela entrega no intuito de evitar esse tipo de vínculo, sendo elas mesmas capazes de perceber isso:

“Ah, eu acho que apegou sim. (...) Dá pra ver pelo contato né, quando você tem contato ele para de chorar” (Rosa, 2ª entrevista)

“Quando eu entreguei ela, aí no outro final de semana a minha irmã veio, aí minha irmã falou que ela tava chorando muito, tava

dormindo só de madrugada... porque comigo ali era oito horas ela tava dormindo, então ela sentiu um pouquinho né. Aí agora que ela tá melhor, nos primeiros dias foi difícil” (Bruna, 2ª entrevista)

“Acho que ela tá apegada. (...) porque eu saio de perto dela, quando eu vou tomar banho, e ela começa a chorar já, daí eu chego perto dela e ela já para de chorar. É esperta. (...) E eu to, muito! E eu não queria estar né, porque eu não sei se eu vou embora com ela ou não” (Jasmin, 2ª entrevista)

Por outro lado, apesar de Bruna e Jasmin relatarem não quererem desenvolver o apego pelos bebês, todas as participantes demonstraram grande satisfação ao terem a oportunidade de, por exemplo, amamentar o bebê e vivenciar esse momento, uma vez que, de acordo com Jasmin, o sentimento que se fazia presente era o de *“Uma mãe... nossa, muito boa a sensação de ser mãe, de amamentar nossos filhos”*. Sendo assim, ao passo que a separação dos filhos mais velhos e do bebê seja uma situação capaz de gerar sentimentos ruins e se configurar como fator de risco para mãe e bebê, e de existirem sentimentos de tristeza por estarem reclusas, como relata Jasmin: *“Eu fico triste toda hora quase, que eu olho pra ela e vejo que a gente tá aqui dentro, que to com ela aqui dentro”*, tanto o ato de amamentar quanto o convívio com o filho durante algum tempo parecem ter tido impactos positivos para as participantes, de acordo com os relatos:

“Ah, é difícil né, por estar nesse lugar né, mas fora isso tá bem confortável pelo fato de ele estar comigo” (Rosa, 2ª entrevista)

“Ah, foi muito bom, nossa... o dia passou rápido, eu fiquei melhor, tava mais focada, sabe? Mas só foi ruim a entrega dela, ainda to me recuperando” (Bruna, 2ª entrevista)

Inclusive o cansaço, que poderia se manifestar, visto o exercício da “hipermaternidade”, não se apresentou para as participantes como uma problemática, uma vez que, de acordo com Rosa *“É um pouco cansativo, né, mas vale a pena”* e Jasmin relata que *“É, um pouco, mas eu tento deixar o cansaço de lado pra dar atenção pra ela, enquanto ela tá aqui comigo, não tá afetando muito”*. Além disso, cabe

destacar que elas relataram não ter nenhum tipo de tratamento diferenciado na penitenciária por serem gestantes ou puérperas, de acordo com o explicitado abaixo:

“Ah, eu não sei se é muito diferente... eu acho que a gente é tudo igual, né. Só que tem o atendimento que é melhor, com certeza” (Rosa, 1ª entrevista)

“Ah, aqui é normal. Faço minhas consultas, tudo normal, não tem diferença delas” (Bruna, 1ª entrevista)

“Não, é todo mundo igual” (Jasmin, 1ª entrevista)

História de vida

Com relação ao histórico das participantes, que pode ou não influenciar em suas práticas maternas, todas as participantes relataram terem tido uma infância boa e feliz, tendo Rosa crescido sob os cuidados da avó materna, Jasmin sob os cuidados da mãe, e Bruna sob os cuidados de ambos os pais. Todas disseram não ter sofrido nenhum tipo de violência ou abuso familiar; no entanto, com relação à educação parental, Rosa relatou *“A minha avó conversava com a gente, mas tinha vezes que tinha que dar pelo menos umas chineladas pra gente melhorar né, porque a gente era terrível, era 4 meninas”*, o que sinaliza que ela sofreu violência física, usada como prática parental durante sua infância. Já Bruna e Jasmin mencionaram a priorização da conversa como prática educativa a ser utilizada pelos cuidadores, o que pode ser notado nos seguintes relatos:

“Fui educada bem, meu pai me deu a melhor educação que eu podia ter né. (...) Na conversa, sempre na conversa, nunca foi de agressão, nada, sempre na conversa mesmo. (...) Foi muito boa... eu só não ouvi né, porque às vezes na hora que vai falar você reclama, você fala “ah você tá errado”, mas não é, quando o pai e a mãe tá dando conselho é porque eles querem o bem da gente né” (Bruna, 1ª entrevista)

“Minha mãe ensinou... Desde pequenininha eu ia pra igreja, minha mãe virou evangélica depois que ela saiu da cadeia, ela se reconciliou com Deus, virou evangélica, há 15 anos ela vai. Ela vai em coisa da igreja, tudo, e ela me levava na igreja né, pra seguir a Deus. (...) Era conversa, tudo na conversa, que ela fala que não adianta bater que bater não aprende nada, então tem que conversar, educar... minha mãe sempre me ensinou isso” (Jasmin, 1ª entrevista)

Além disso, durante a adolescência Rosa passou a ter contato com a mãe, relatou que *“Ela ficava bêbada né, e me xingava”* e lembrou um episódio em que a mãe a atingiu com um objeto *“(...) Eu não lembro por que que a gente brigou, daí eu peguei minha filha que tava com a babá e eu ia embora, nisso ela chamou a polícia pra mim, arrancou um pedaço de cimento da parede que ela tava dando martelada, e jogou em mim”*, o que indica que além de violência física exercida pela avó e pela mãe, ela também sofreu alguns episódios de violência moral. Ainda assim, por terem considerado suas infâncias e a educação recebida, de maneira geral, como positivas, Rosa e Jasmin demonstraram o desejo de que o bebê recebesse um tipo de cuidado parecido, de acordo com os seguintes relatos:

“Ah, eu gostaria que ele fosse educado que nem a gente recebeu a nossa educação né, daí vai dele se ele vai seguir ou não. (...) Uma parecida, porque a gente foi muito bem educado” (Rosa, 1ª entrevista)

“Ah, com muito amor, com muito carinho né, por tudo o que eu to passando, eu não quero que passe o que eu to passando, não quero que a minha filha passe (choro). (...) Igual a minha e muito mais ainda melhor” (Jasmin, 1ª entrevista)

Bruna, do contrário, gostaria que as práticas educativas ofertadas para o bebê fossem diferentes, uma vez que ela considerava que a que ela recebeu influenciou no momento atual em que ela se encontrava, como ela mesma relatou *“Ah, diferente né. (...) De uma forma diferente que não acabe entrando muito do jeito que eu entrei, pra não errar do mesmo modo que eu errei”*. No caso dela, o fato de ela ter vivenciado inúmeras situações de violência e ameaça durante a fase adulta, exercidas pelo ex-marido, e ter se envolvido no tráfico e sido presa também por causa desse relacionamento, estava relacionado com ela não desejar o mesmo futuro para o bebê. Durante a primeira entrevista, algumas situações de violência, ameaças e suas consequências foram exemplificadas por ela e estão representadas a seguir:

“(...) “Então havia muitas agressões, né, ele me batia muito, então tive... entrei numa depressão, eu já não queria mais viver mesmo” (Bruna, 1ª entrevista)

“(...) Se eu não fizesse o que ele mandasse, era pior, ou se ele tava ali mexendo e eu interferisse, era pior, eu apanhava, então eu tinha que deixar lá, não podia fazer nada” (Bruna, 1ª entrevista)

“Foi coronhada no olho, né, chute...” (Bruna, 1ª entrevista)

“Falou que ia me matar, ia... se não fizesse isso comigo ele ia fazer com o meu irmão, que ele ia mexer na coisa que eu mais gosto que é meus irmãos” (Bruna, 1ª entrevista)

Planos futuros

Seguindo na fase da infância, as participantes também falaram sobre os sonhos e desejos para o futuro que elas tinham antes do envolvimento no tráfico e da prisão. Foi possível perceber que todas tinham vontade de concluir os estudos e de ter uma carreira profissional, mas que os planos não aconteceram da maneira como esperavam, segundo os relatos abaixo:

“Ah, quando eu era pequena sempre pensei em ser veterinária né, só que minha mãe me botou em tantos cursos, eu não valorizei e ficou por isso né, então eu não aproveitei bem, né. (...) Eu queria família, só que depois dos 25 anos, mas nada acontece como a gente planeja, né” (Rosa, 1ª entrevista)

“Ah, os meus planos era ser veterinária, sabe, ter uma vida estável, eu imaginava tudo isso na minha vida, mas foi tudo totalmente do contrário, a partir do... que eu me envolvi com esse cara foi perdição e eu acabei com a minha vida” (Bruna, 1ª entrevista)

“Ah, sonhava em ser professora, terminar os estudos pra ser professora. Pensava nisso. (...) Eu tinha vontade de ser mãe, só que eu nunca conseguia, eu tentava lá com 16 anos, eu tentava tentava ser mãe e não conseguia, daí quando eu tive 18 eu engravidei” (Jasmin, 1ª entrevista)

Na segunda entrevista, ao serem questionadas se ainda tinham esses sonhos e desejos, todas as participantes confirmaram, relatando que, caso tivessem a oportunidade de retomar os estudos, Rosa e Bruna gostariam de ser médicas veterinárias e, Jasmin, professora. No entanto, de maneira geral, os planos que as três participantes

faziam para seus futuros envolviam, majoritariamente, o cuidado com os filhos e a proximidade com a família, de acordo com os seguintes relatos:

“Então, na verdade eu pretendo cuidar mais da minha família que tá lá fora né (...), eu só queria que voltasse como tava antes, porque eu já não levava uma vida igual antes de risco, já tinha melhorado bem, tinha mudado de vida” (Rosa, 1ª entrevista)

“(...) Estudar, realizar meu sonho mesmo, e ficar, cuidar dos meus filhos, é o que eu mais quero. (...) Quando eu sair o que eu mais quero é só cuidar deles, da L., da M., arrumar um serviço, focar minha mente, só quero cuidar dos meus filhos mesmo. (...) Mudar de vida. Eu não quero saber de mais nada, porque só Deus sabe o que eu to passando agora” (Bruna, 2ª entrevista)

“Ah, eu quero terminar meus estudos, quero uma vida nova, quero trabalhar, quero cuidar dos meus filhos, quero cuidar da minha família, quero casar com o meu marido na igreja, quero voltar para a igreja, voltar pra casa de Deus de onde eu não deveria ter saído, que se tivesse lá até hoje eu não estaria nesse lugar... e quero que meus filhos tenham a mesma vida que eu tenha fora daqui pra frente né, uma vida com Deus, uma vida melhor, a família junta, reunida, pra nunca mais se separar, dar do bom e do melhor pra eles” (Jasmin, 1ª entrevista)

Esses planos estão de acordo com os relatos obtidos quando foi pedido às participantes que elas mencionassem um momento feliz de suas vidas, que também apontaram majoritariamente para a vivência familiar e para a presença dos filhos como momentos positivos e que elas gostariam de voltar a ter:

“Ah, momento feliz o que eu tava vivendo né, antes de voltar pra cá né, eu tinha reconstruído toda a minha vida, eu tinha planejado outro filho, que deu certo” (Rosa, 1ª entrevista)

“Ah, os feliz é estar ao lado da minha família né, que eu sempre tive...” (Bruna, 1ª entrevista)

“Ah, feliz é quando minha filha veio ao mundo né, quando minha filha nasceu” (Jasmin, 1ª entrevista)

Já com relação aos momentos tristes de suas vidas, Rosa e Jasmin relataram a volta para a prisão *“(...) Momento triste é agora por eu ter sido presa”* (Jasmin), e Bruna o relacionamento com o ex-marido, que segundo ela *“(...) As tristezas mesmo foram ao lado desse... desse cara aí que eu não gosto nem de... dele mesmo”*.

Por fim, tanto nas primeiras entrevistas quanto nas segundas foi possível notar que os sentimentos de fé e esperança se fazia muito presentes nos relatos de Bruna e

Jasmin, ou seja, tanto durante a gravidez quanto no puerpério elas pareciam recorrer às suas religiões e crenças como forma de aliviar a angústia e a tristeza de estarem reclusas, longe de suas famílias e com a possibilidade de virem a ter o bebê no sistema prisional, o que é demonstrado a partir dos seguintes relatos:

“É, mas eu creio em Deus que eu vou embora antes dela nascer. (...) Em breve eu estarei com todos eles lá fora. (...) Eu tenho sentimentos ruins, né, eu peço muito a Deus que eu não venha a ter aqui dentro, né, que Deus faça um milagre na minha vida, né, vamos ver” (Bruna, 1ª entrevista)

“Mas tenho fé em Deus que logo eu to lá, pra cuidar dela. Até em agosto eu to indo embora, se Deus quiser. (...) Eu ainda vou pegar o aniversário dela na rua, se Deus quiser, creio que vai dar tudo certo” (Bruna, 2ª entrevista)

“(...) Eu peço muito a Deus que eu saia logo pra ter ele na rua, pra não ter ele aqui. (...) Não to ansiosa porque eu acho que quanto mais demorar pra mim é melhor, porque às vezes eu posso ter a chance de estar na rua né, ter meu filho na rua, então...” (Jasmin, 1ª entrevista)

DISCUSSÃO

Dentre as três participantes entrevistadas, duas eram de cor/etnia preta e parda e todas têm outros filhos e estão em privação de liberdade devido ao crime de tráfico de drogas, o que corrobora com os dados do Infopen (2016, 2019). Além disso, outro dado também reforçado pelas características das participantes, que tem idades de 21, 22 e 36 anos, é o de que as idades de 18 a 24 anos e de 35 a 45 anos são as mais frequentes dentre a população feminina nos presídios, sendo 22,5% e 19,2% do número total, respectivamente.

Considerando que todas já eram mães antes da gravidez atual, investigar a experiência de ser mãe novamente, dessa vez no ambiente penitenciário, e todos os aspectos envolvidos nos processos de gestar, parir e conviver com o bebê na prisão, é um estudo que requer diferentes enfoques, tais como a análise da história de vida das mulheres nessa condição e dos eventos estressores que elas podem ter experienciado; do processo de aceitação da gravidez e do início da relação mãe-bebê a partir dele; do parto; e do primeiro contato com o bebê e da convivência diária com ele na prisão.

Dado o motivo da prisão, Simões et al. (2017), a partir da análise de entrevistas com mulheres grávidas e com bebês no sistema penitenciário, entende a relação das mulheres com o tráfico pela vertente afetiva e econômica. Sendo assim, a entrada delas nesse meio poderia estar vinculada a algum tipo de relacionamento, no sentido de ajudar o parceiro ou um familiar nas atividades, ou por necessidades financeiras. Rosa e Bruna, por exemplo, relatam ter se envolvido no tráfico a partir dos respectivos maridos e Jasmin por querer ser independente financeiramente de seus pais; mesmo assim, é possível perceber no relato de Rosa que, além da influência do parceiro, também se faz presente a questão do dinheiro, pois a crença de que ele seria “fácil” se tornou atrativa

para ela, o que faz com que as vertentes afetivas e econômicas pensadas pelos autores possam, ainda, se apresentar juntas.

De acordo com Ormeño e Stelko-Pereira (2015), de fato a mulher em privação de liberdade comumente está envolvida com drogas, seja como usuária ou como traficante, dado corroborado na presente pesquisa. Para além do crime e do encarceramento, Ormeño e Stelko-Pereira (2015) destacam que elas costumam ter vivido inúmeras situações adversas ao longo da vida, sejam elas os maus tratos na infância, o abuso sexual, a prisão de familiares, a evasão da escola e conseqüentemente o baixo grau de escolaridade, as dificuldades financeiras, a presença de outros filhos e o papel de chefe da família. A partir das entrevistas e da aplicação do Questionário de Eventos Estressores, foi possível analisar esses aspectos da vida das participantes. Embora nenhuma delas tenha relatado ter sofrido abuso sexual, todas destacaram abuso e negligência emocional na infância, sendo que Jasmin teve os pais encarcerados durante a sua infância.

Embora as participantes não tenham se intitulado como chefe de família, todas relataram se envolver nas tarefas domésticas e, antes do encarceramento, serem as responsáveis pelos cuidados com os filhos. Destaca-se que, ao serem privadas de liberdade, outras mulheres da família, em especial as avós, desempenharam essa função (Benatti et al., 2020). Esse aspecto se faz evidente quando, por exemplo, Jasmin diz que seu marido não pode ficar com o bebê quando houver o momento da separação, uma vez que ele não saberia como cuidar e satisfazer as necessidades da criança, diferentemente de sua irmã e de sua mãe, que já cuida de sua outra filha.

Diferentemente de grande parte das mulheres grávidas e puérperas da prisão, os pais dos três bebês fizeram o registro deles e pretendem ter contato ao longo do desenvolvimento (Simões et al., 2017). Destaca-se que todas relataram que os pais dos

bebês forneciam auxílio financeiro. Embora essa já devesse ser uma responsabilidade deles, ter a contribuição financeira favorece para que as mulheres não se percebam tão sós ou vivenciando uma maternidade solo, ainda que a maior parte das tarefas seja destinada a elas.

Com relação às outras questões apontadas por Ormeño e Stelko-Pereira (2015), embora todas as participantes tenham retratado suas infâncias de maneiras positivas e negado qualquer violência familiar, Rosa apresentou alguns relatos de violência física e moral exercidas pela avó – por quem foi cuidada na infância – e pela mãe – por quem foi cuidada na adolescência; apesar de não ser no período da infância. Bruna também relatou diversas agressões físicas que sofreu por parte do ex-marido ao longo do relacionamento de quinze anos. Ainda, Jasmin narra, bastante emotiva, sobre a prisão de seus pais quando sua mãe estava grávida dela, o que acarretou em seu nascimento na prisão e no deslocamento do cuidado para seus tios. Os acontecimentos e as vivências das três mulheres podem interferir em suas subjetividades e se configurarem como fator de risco, podendo acarretar problemas de saúde, comportamentais ou emocionais, além de poder afetar negativamente o psiquismo dela durante o período gravídico puerperal (Ormeño et al., 2017). No entanto, não é possível afirmar se esses prejuízos de fato se farão presentes e é possível que a grande presença da família como rede de apoio para elas possa se dar como um fator de proteção que minimize esses efeitos.

De maneira geral, as mulheres em privação de liberdade no Brasil têm inúmeros direitos violados, e isso é mais agravado com relação às puérperas e seus recém-nascidos, o que deixa claro a importância de tratar sobre a temática e sobre a influência desses fatores na díade mãe-bebê (Amaral & Bispo, 2016). É possível destacar que um dos processos psicológicos presentes na gravidez, por exemplo, é a antecipação imaginária do bebê, ou seja, a construção mental que a mãe faz da imagem da criança

que está para nascer, de acordo com as mudanças que ela sente e as interações que faz (Carneiro & Veríssimo, 2016). No caso das mulheres presas, segundo Marin (2015), esse processo é particularmente mais difícil, devido à falta de apoio, suporte social e atendimento médico desejado, que as orientasse. Quando perguntado às participantes se elas já conseguiam imaginar alguma característica do bebê, mesmo as que já estavam no oitavo mês, disseram que não, e que estavam ansiosas e curiosas para que ele nascesse e elas pudessem ver, como se só a partir do parto aquele filho passaria a ser algo concreto e elas de fato se tornariam mães novamente. Ainda, nesse momento, apesar da ansiedade para conhecer o bebê, as mães se referiram à ansiedade pelo fato de estarem sozinhas no momento do parto, sem acompanhante, o que fere tanto um direito previsto em lei (Lei nº 11.108, de 07 de abril de 2005, Brasil 2005), quanto priva as mulheres da possibilidade de ter um suporte familiar e de se conectar de melhor forma com o bebê e com o nascimento.

Com relação ao apoio, ele não só está envolvido com o imaginário do bebê, como também, de acordo com Serras e Pires (2004), as mães que recebem suporte social interagem de maneira mais efetiva com seus bebês, se demonstrando mais sensíveis às suas necessidades. Além disso, eles se referem às redes de apoio como fatores de proteção que podem conduzir à resiliência, ou seja, que podem facilitar o ajustamento e a adaptação dessas mulheres a condições adversas, o que retoma a ideia de que esse amparo pode tanto auxiliá-las na superação de experiências ruins durante a vida, como no enfrentamento da reclusão. Em diversos momentos é possível perceber que as participantes mencionaram as visitas dos familiares, o não abandono por parte deles e, ainda, usavam a religião e a fé como auxílio durante o cumprimento de pena. Da mesma forma, após o nascimento do bebê elas também citavam diversas características deles, mudanças percebidas ao longo do desenvolvimento e as formas nas quais elas

interagiam com eles, o que demonstra que, apesar da interação empobrecida na gravidez, de certa forma isso foi superado durante a convivência.

Sobre o contato diário, há discussões e debates acerca da permanência ou não do bebê no sistema prisional. Apesar de ser um direito, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Brasil, 1990) e na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Brasil 1984), que a criança possa ficar com a mãe durante o período de aleitamento por, no mínimo, 6 meses, devido ao espaço inadequado, à grande taxa de insalubridade e à falta de recursos, as penitenciárias não se configuram como locais favoráveis ao desenvolvimento infantil (Santos et al., 2021). A partir dos relatos obtidos, diferentemente do que parte da população e dos funcionários acredita (Stella et al., 2016), as participantes confirmaram que não pensavam apenas nos próprios benefícios e que estavam cientes desses possíveis prejuízos para os filhos ao, por exemplo, optar pela separação do bebê logo no primeiro mês, ficar em dúvida sobre o momento da entrega, e relatar que não têm nenhum tipo de benefício ou tratamento diferente na prisão por estarem grávidas ou puérperas.

É a partir dessa convivência que a díade primária se estabelece e ela continua a existir mesmo que um dos dois componentes não esteja próximo, o que se revela pela falta que um sente do outro e pela influência mútua que exercem nos comportamentos; é uma díade que tem o aspecto emocional como componente e o que conecta os membros são os sentimentos (Stella & Sequeira, 2015). Para Bronfenbrenner (1996), ela é fundamental para o desenvolvimento, favorecendo a aquisição de valores, conhecimentos e habilidades, e no caso do convívio no ambiente prisional, os fatores a serem analisados seriam a influência do ambiente e da falta de estimulação na constituição psíquica da criança, sendo esse o fator crítico. Já para Bowlby (1995), o

problema seria a privação materna, com a ausência ou rompimento de vínculo com a mãe, que seria essencial para a saúde mental do bebê; segundo ele, a angústia da privação poderia gerar consequências graves e comprometer a afetividade e os relacionamentos da criança, além de favorecer comportamentos agressivos e delinquentes (Stella & Sequeira, 2015).

Nos relatos de apego e de interação com o bebê, foi possível perceber que as participantes do estudo desenvolveram uma relação positiva e amorosa com os filhos, exemplificada, por exemplo, pela falta que elas sentem quando elas não estão por perto, pelos comportamentos de choro e sorriso emitidos pelos bebês, e pelas ações de afeto e atenção dirigidas ao filho, como o tocar, o ficar olhando, e o amamentar, elementos que compõem a díade primária e demonstram a reciprocidade da interação (Santos et al., 2021). Pode-se confirmar, então, que apesar dos fatores de risco e das vulnerabilidades do ambiente em que estavam inseridos, o desenvolvimento da relação e do vínculo mãe-bebê no sistema prisional se configurou como fator de proteção, tanto para as mães, que pode usufruir de uma relação familiar e ter seu sofrimento pelo cumprimento da pena minimizado, quanto para as crianças, que têm a possibilidade de criar um vínculo afetivo com a figura materna (Santos et al., 2021). Sendo assim, não é possível atestar os prejuízos de separação apontados por Bowlby (1995) de fato ocorreriam, nem de que a convivência é de todo benéfica ou prejudicial, mas uma hipótese é a de que o vínculo mãe-bebê e o amor materno demonstrado pelo filho poderiam minimizar as influências negativas do ambiente, tal como sinalizadas por Bronfenbrenner (1996).

Já com relação às participantes, assim como Ormeño e Stelko-Pereira (2015) destacaram a partir dos achados de Mello e Gauer (2011), em que mulheres em privação de liberdade fizeram menção ao tempo passar mais rápido por estarem ocupadas com os filhos e estarem fazendo menos consumo de drogas, no presente estudo elas também

relataram sobre o conforto de estar com o bebê, sobre ter algo para fazer, ter companhia, estarem mais focadas e do dia passar mais rápido, além do fato de não terem feito uso de drogas durante todo o processo. Impedir essas mulheres de estabelecerem uma relação com o bebê seria mais uma privação dentre as várias já sofridas e esse vínculo tem o potencial de auxiliar tanto na diminuição do sofrimento durante a prisão, como na reinserção social, uma vez que elas passam a construir planos para o futuro em que tenham uma ocupação para sustentar e cuidar do filho, sem o intuito de se envolver novamente em atos ilícitos (Ormeño & Stelko-Pereira, 2015) e tendo a esperança de uma vida nova (Soares et al., 2016).

Fica perceptível, então, que uma relação positiva e satisfatória entre mãe e filho, principalmente quando envolve a reclusão, não depende unicamente desses dois elementos, mas das demais relações presentes no micro, meso, exo e macrossistema. Da mesma forma, o cuidado e a relação com os demais filhos e a separação e transferência de responsabilidade com o bebê para outra pessoa também dependem de fatores externos a essas mulheres. No primeiro caso, devido à falta de contato com os demais filhos, as mães passam a aguardar ansiosamente os momentos de visita ou alguma correspondência que indique como eles estão, além de relatarem muita saudade e tristeza por não estarem exercendo a função materna e acompanhando o desenvolvimento deles (Mahl & Solivo, 2019). As participantes relatam ser muito difícil estar longe dos filhos e, principalmente, dos mais novos, uma vez que elas temem não conseguir recuperar esse vínculo caso eles esqueçam que elas são as mães e que elas não conseguem ter nenhum tipo de contato, apenas acesso a fotos.

No segundo caso, o momento de separação do bebê se configura como um processo muito delicado e doloroso, gerando sentimentos de perda e impotência (Soares et al., 2016). Após a vivência de inúmeras experiências singulares e de privação, a mãe

ainda tem que decidir sobre manter ou não o bebê com ela na prisão e, na maioria das vezes, após os seis meses ela já não tem mais essa opção de escolha (Barbosa & Goellner, 2018). De acordo com Pereira e Ávila (2013), o correto é que após o período de amamentação do bebê seja feito um processo gradual de separação, que adapte a criança à família ou à instituição que a irá acolher, o que demoraria alguns meses. No entanto, não é o que acontece.

As participantes relataram poder ficar com o bebê durante o período de seis meses e depois disso o desejo delas é que a criança ficasse com a família, sendo cuidadas pelo pai, pela avó materna ou pela tia materna. No caso da participante Bruna, visando não desenvolver uma relação de apego com o bebê que a fizesse sofrer mais no momento de separação, ela entregou a filha com um mês para o pai biológico e, na segunda entrevista, apresentava grande sofrimento, chorando alguma vez e relatando estar em depressão e sem se alimentar. Sendo assim, de acordo com o previsto por Carneiro e Veríssimo (2016), ela não quis estabelecer o vínculo, visando evitar maiores sofrimentos para si e para o bebê e apresentou um quadro depressivo, transtorno mental mais frequente durante a gravidez e o puerpério, que se configura como um grande fator de risco para sua saúde mental (Irurita-Ballesteros et al., 2019). Ainda, a mudança de cuidador primário e quebra do vínculo e do calor materno podem causar impactos no desenvolvimento da criança (Carneiro & Veríssimo, 2016) e Bronfenbrenner (1996) defende que, por mais traumática que seja a separação, os bebês se recuperam melhor e mais rapidamente se tiveram a oportunidade de desenvolver apego emocional à mãe antes desse processo. Ou seja, ele defende exatamente a ideia contrária de Bruna de que seria melhor a separação antes do apego.

A necessidade de políticas públicas de cuidado à saúde das mães na gestação, no pós-parto e principalmente durante o processo de separação se faz presente e favoreceria

não só as crianças, que poderiam usufruir de um vínculo e uma relação com maior qualidade, mas também as mães, que experimentam sentimentos ambivalentes durante todo o exercício da maternidade, se sentindo felizes com a chegada do filho e confortadas com a companhia, mas ao mesmo tempo ansiosas, culpadas e tristes por estarem no ambiente prisional e estarem restringindo a liberdade dos bebês (Irruita-Ballesteros et al., 2019; Villalta et al., 2019). Além disso, é importante que a criança possa ter interação com a família extensa e que a transferência de cuidados seja feita de forma gradual e planejada, minimizando o sofrimento da díade. Ormeño e Stelko-Pereira (2015) sugerem, por exemplo, que deve ser feito um afastamento gradual da prisão e a recepção da criança por alguém que seja confiável, afetuoso e consiga corresponder às necessidades dela, além de conseguir proporcionar uma aproximação mãe e filho visando manter o vínculo. No caso de Bruna, ela recebeu uma foto da filha por correio, podendo ver a bebê após a separação, e a mãe da Jasmin sempre falava sobre ela para a filha mais velha, visando manter o conhecimento das crianças sobre a mãe e facilitar a vinculação depois.

Outrossim, é essencial que existam programas que auxiliem na reinserção social dessas mães, levando em conta o baixo nível escolar, o currículo sem tantas experiências formais e o preconceito da sociedade com relação ao histórico prisional delas (Ormeno et al., 2017). O único item do instrumento pontuado pelas três participantes foi o de discriminação e também existiram relatos nas entrevistas sobre o desrespeito e a ausência de oportunidades que elas sofrem quando saem da prisão, pelo fato de serem ex-detentas. Caso houvessem projetos que as capacitassem para o mercado de trabalho e as ajudassem a conseguir emprego, haveria contribuições tanto para a reinserção social e para que elas se vissem para além do ato criminoso (Cúnico et al., 2015), quanto para que elas pudessem desempenhar suas funções maternas de maneira mais satisfatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível considerar o encarceramento dos bebês junto às mães como totalmente bom ou ruim, pois existem inúmeros fatores positivos e negativos a serem analisados (Barbosa & Goellner, 2018). Devido à escassez de estudos na literatura brasileira referentes à infância nas prisões e a carência de instituições sociais e propostas para acolher essa população e entender mais sobre o fenômeno, no presente estudo foi considerado e analisado os fatores de risco e de proteção presentes no convívio dentro do ambiente prisional e no desenvolvimento do vínculo mãe-bebê, com o intuito de instigar mais pesquisas sobre a temática, que pudessem inclusive acompanhar o processo de gestar, parir, conviver e se separar do bebê a longo prazo, e proporcionar dados para a formulação de intervenções e políticas públicas para esse público.

Estudar e compreender como as mulheres em reclusão vivenciam a maternidade têm o potencial de permitir que diversas questões que são negligenciadas sejam minimizadas, como o suporte emocional, o acompanhamento médico, a assistência ao parto, o direito à amamentação e ao convívio, a separação gradual, dentre outros (França & Silva, 2016). Ao final das entrevistas, ainda que elas suscitasse diferentes emoções, as participantes relataram ter se sentido mais leves e ressaltaram que foi benéfico para elas ter um momento para desabafar, demonstrando que até mesmo a escuta de suas questões já seria um tipo de intervenção capaz de promover mudanças e tornar a gestação e o puerpério mais tranquilos de serem enfrentados.

Dentre as limitações deste estudo, tem-se: o número reduzido de mulheres entrevistadas; elas estarem inseridas em uma mesma instituição; a condução das entrevistas de maneira on-line, o que em alguns momentos pode dificultar a escuta, a compreensão e o estabelecimento de vínculo; o fato de haver um funcionário presente no mesmo ambiente que as participantes durante o momento da entrevista, o que pode

as ter inibido ou influenciado algumas respostas; e elas terem tido troca de regime penal recentemente, o que pode também influenciar as respostas no sentido de elas acharem que a entrevista será utilizada em julgamento, ainda que isso tenha sido informado previamente que não aconteceria. Apesar das limitações, o estudo aponta a necessidade de que mais pesquisas, intervenções e políticas sejam desenvolvidas, no intuito de compreender mais profundamente o fenômeno do encarceramento de mulheres mães e do desenvolvimento do vínculo mãe-bebê no sistema prisional brasileiro.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, N. G. C., Cavalcante, S., Ferreira, K. P. M., Albuquerque, N. G. C., Cavalcante, S., & Ferreira, K. P. M. (2020). Percepções e afetos na prisão: análise de narrativas de presos e agentes penitenciários. *Psicologia & Sociedade*, 32. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32221694>
- Amaral, M. F. do, & Bispo, T. C. F. (2016). Mães e filhos atrás das grades: um olhar sobre o drama do cuidar de filhos na prisão. *Revista Enfermagem Contemporânea*, 5(1), Article 1. <https://doi.org/10.17267/2317-3378rec.v5i1.836>
- Armelin, B. D. F. (2010). Filhos do cárcere: Estudo sobre as mães que vivem com seus filhos em regime fechado. *Revista da Graduação*, 3(2), Article 2. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/7901>
- Barbosa, E. G., & Goellner, M. B. (2018). O impacto emocional na criança: a mãe no ambiente prisional. Imagem: StockPhotos. *Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente*, 9(2), 803–811. <https://doi.org/10.31072/rcf.v9i2.608>
- Benatti, A. P., Pereira, C. R. R., Santos, D. C. M. dos, & Paiva, I. L. de. (2020). A maternidade em contextos de vulnerabilidade social: Papéis e significados atribuídos por pais e mães. *Interação em Psicologia*, 24(2), Article 2. <https://doi.org/10.5380/psi.v24i2.59856>
- Bowlby, J. (1995). Cuidados maternos e saúde mental. São Paulo: Martins Fontes.
- Braga, A. G. M. (2015). Entre a soberania da lei e o chão da prisão: A maternidade encarcerada. *Revista Direito GV*, 11(2), 523–546. <https://doi.org/10.1590/1808-2432201523>
- Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 16/7/1990, p.13.563. Retrieved from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm
- Brasil. Lei n. 11.108, de 07 de abril de 2005. Dispõe sobre a garantia às parturientes do direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 07/04/2005. Retrieved from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111108.htm
- Brasil. Lei de Execução Penal. DOU Brasília, DF, 05 out 1988, LEP (Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984). Retrieved from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm
- Bronfenbrenner, U. (1996). A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Carneiro, Z. S., & Veríssimo, M. de L. Ó. R. (2016). Gestação e desenvolvimento de bebês em situação de cárcere. *Revista Extensão em Ação*, 2(11), 39–49. <https://doi.org/10.32356/exta.v2.n11.11829>
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515–524. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000300010>

- Cohen J. A (1960). Coefficient of agreement for nominal scales. *Journal of Educational and Measurement*, v.20, n.1, p.37-46.
- Cúnico, S. D., Brasil, M. V., & Barcinski, M. (2015). A maternidade no contexto do cárcere: Uma revisão sistemática. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 509–528. <https://doi.org/10.12957/epp.2015.17656>
- Flores, N. M. P., & Smeha, L. N. (2018). Mães presas, filhos desamparados: Maternidade e relações interpessoais na prisão. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 28(4). <https://doi.org/10.1590/s0103-73312018280420>
- Fochi, M. do C. S., Higa, R., Camisão, A. R., Turato, E. R., & Lopes, M. H. B. M. (2017). Vivências de gestantes em situação de prisão. *Rev. eletrônica enferm*, 1–10.
- Fonseca, Ricardo, et al. “Acordo inter-juízes: O caso do coeficiente kappa”. *Laboratório de Psicologia*, vol. 5, no 1, 2007, p. 81–90. publicacoes.ispa.pt, <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/lp/article/view/759>.
- França, A. M. B. de, & Silva, J. M. de O. e. (2016). A mulher em situação de prisão e a vivência da maternidade. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, 10(5), 1891–1894. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v10i5a13571p1891-1894-2016>
- Irurita-Ballesteros, C., Falcão, D. V. da S., Rocinholi, L. de F., & Landeira-Fernandez, J. (2019). Saúde mental e apoio social materno: Influências no desenvolvimento do bebê nos dois primeiros anos. *Contextos Clínicos*, 12(2), 451–475. <https://doi.org/10.4013/ctc.2019.122.04>
- McHugh, M. L. (2012). Interrater reliability: the kappa statistic. *Biochemia medica: Biochemia medica*, 22(3), 276-282.
- Mahl, Á. C., & Solivo, R. L. (2019). A separação da mãe e do bebê na carceragem. *Unoesc & Ciência - ACBS*, 10(1), 23–30.
- Marin, I. S. K. (2015). Tornar-se mãe num presídio: a criação de um espaço potencial. São Paulo. Disponível em: . Acesso em: 10 ago. 2015.
- Mello, D. C., & Gauer, G. (2011). Vivências da maternidade em uma prisão feminina do estado Rio Grande do Sul (Experiences of motherhood in a women’s prison Rio Grande do Sul State). *Saúde & Transformação Social / Health & Social Change*, 2(2), 113–121.
- Miranda, D. B. de, Matão, M. E. L., Malaquias, A., & Souza, E. L. de. (2016). Maternidade atrás das grades: Particularidades do binômio mãe e filho. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, 6(2), Article 2. <https://doi.org/10.19175/recom.v6i2.984>
- Nascimento, D. B. do, & Rosa, E. M. (2015). O uso do Mapa dos Cinco Campos no estudo da rede de apoio social e afetiva de crianças vítimas de abuso sexual. *Contextos Clínicos*, 8(2), 173–184. <https://doi.org/10.4013/ctc.2015.82.06>
- Ormeno, G. R., Santini, P. M., & Williams, L. C. de A. (2017). Fatores de risco e proteção vivenciados por mães encarceradas ao longo da vida. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 17(2), 514–534. <https://doi.org/10.12957/epp.2017.37129>

- Ormeño, G., & Stelko-Pereira, A. C. (2015). Filhos nascidos no cárcere e as dificuldades do exercício da maternidade em ambiente prisional. *Psicologia Argumento*, 33(82), Article 82. <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.33.082.AO07>
- Parke, R. D., & Clarke-Stewart, K. A. (2002). *Effects of Parental Incarceration on Young Children*. 24.
- Pereira, L.U, Ávila G.N. (2013). Aprisionamento feminino e maternidade no cárcere. Uma análise da rotina institucional na penitenciária feminina madre pelletier. *Pens Pen*. 3:1-18
- Pinto, A. V. de L., Coutinho, M. da P. de L., Cavalcanti, J. G., & Silva, K. C. (2020). As Representações Sociais sobre a Maternidade para Mães em Privação de Liberdade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 442–463. <https://doi.org/10.12957/epp.2020.52578>
- Santos, C. B. dos, Sezaro, J. de, Portes, J. R. M., & Bossardi, C. N. (2021). Interação Mãe-Bebê no Ambiente Prisional. *Revista de Psicologia da IMED*, 13(2), 92–107. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2021.v13i2.4337>
- Serras, D., & Pires, A. A. P. (2004). «Maternidade atrás das grades»: Comportamento parental em contexto prisional. *Análise Psicológica*, 413–425.
- Simões, H. V., Bartolomeu, P. C., & Sá, P. P. (2017). *Vale quanto pesa: O que leva(m) mulheres grávidas à prisão? | Revista de Estudos Empíricos em Direito*. <https://doi.org/10.19092/reed.v4i3.274>
- Soares, I. R., Cenci, C. M. B., & Oliveira, L. R. F. de. (2016). Mães no cárcere: Percepção de vínculo com os filhos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(1), 27–45.
- Stella, C., & Sequeira, V. C. (2015). Guarda de filhos de mulheres presas e a ecologia do desenvolvimento humano. *Revista Eletrônica de Educação*, 9(3), 379–394. <https://doi.org/10.14244/198271991195>
- Stella, C., Sequeira, V. C., & Rosa, T. L. (2016). *Mothers and Babies in A Brazilian Prison: A Study Exploring the Impact of Prison Conditions*. <https://doi.org/10.15406/frcij.2016.02.00052>
- Sufrin, C. (2018). Making mothers in jail: Carceral reproduction of normative motherhood. *Reproductive Biomedicine & Society Online*, 7, 55–65. <https://doi.org/10.1016/j.rbms.2018.10.018>
- Torquato, A. de L. [UNESP. (2014). Percepção de mães sobre vínculo e separação de seus bebês em uma unidade prisional feminina na cidade de São Paulo-SP. *Aleph*, 165 f.
- Viafore, D. (2005). A Gravidez no Cárcere Brasileiro: Uma Análise da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. *Direito & Justiça*, 31(2), Article 2. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/571>
- Villalta, C., Gesteira, S., & Graziano, F. (2019). La construcción de significados sobre la maternidad en prisión. Mujeres presas en cárceles de la provincia de Buenos Aires, Argentina. *Desacatos. Revista de Ciencias Sociales*, 0(61), 82–97. <https://doi.org/10.29340/61.2134>

ANEXOS

Anexo 1: Instrumento “Questionário de Eventos Estressores”

Apresentação Geral do Questionário de Eventos Estressores

O *Questionário de Eventos Estressores* foi originalmente elaborado por Van Houndenhove e colaboradores (2001), numa investigação que buscava relacionar o desenvolvimento de alguns tipos de dores crônicas, como a Fibromialgia e a Síndrome da Fadiga Crônica, e a identificação de eventos vitimizadores estressores ao longo da vida do indivíduo. Para isso, os autores utilizaram-se com um dos instrumentos de medida um questionário autoaplicável, disponibilizado inicialmente em holandês (“Vragenlijst naar Belastende Ervaringen”) e traduzido livremente por “Questionário sobre experiências estressoras (ou opressoras”); a paciente, mulheres adultas na sua grande maioria com formação de nível superior, recebia o instrumento após consulta em ambulatório, preenchia em casa e posteriormente enviava pelo correio para os autores. Em 2005 os autores disponibilizaram uma versão original em holandês e em inglês que foi traduzida para o estudo de Rabelo (2006), utilizada para coleta relacionada ao trabalho de monografia final do Curso de Psicologia da UFSCar. Nos trabalhos brasileiros realizados pelo nosso grupo de pesquisa, a aplicação do instrumento sempre foi realizada por um pesquisador, durante entrevistas individuais.

O instrumento descreve dezoito situações que relatam eventos vitimizadores estressores. As situações dos 18 itens remetem as cinco categorias de vitimização propostas por Van Houndenhove et al. (2001): 1) **Negligência emocional**: itens que avaliam a ocorrência de sentimentos de abandono ou solidão, ausência de redes sociais de cuidado, falta de apoio por familiares ou pares (ex., Ninguém cuidou de mim em alguma situação em que eu precisava); 2) **Abuso emocional**: itens avaliando situação de perseguição, humilhação, intimidação ou vitimização por castigos verbais (ex., já fui ameaçada por alguém); 3) **Abuso físico**: descreve situação de maus tratos físicos, como ser espancado e/ ou torturado (ex. alguém já me bateu de tal forma que fiquei com

hematomas ou vermelhidão no local); 4) **Assédio sexual**: apresenta situação descrevendo investidas sexuais desagradáveis, sem contato físico (ex. Alguém já me constrangeu com gestos obscenos ou palavras obscenas a fim de tentar uma relação sexual indesejada por mim); 5) **Abuso sexual**: itens que descrevem a ocorrência de atos sexuais indesejados, envolvendo contato físico, com ou sem intercuro sexual (ex. Já fui obrigada a ter relação sexual pelo uso de força física ou ameaça).

Para cada uma destas situações o respondente deve informar: 1) a ocorrência; 2) sua idade quando aconteceu; 3) o perpetrador da mesma; e 4) o impacto negativo do mesmo em sua vida. No estudo original eram considerados eventos da infância aqueles ocorridos em idade inferior a 14 anos; eventos nesta idade ou posteriores foram identificados como da fase adulta; e, eventos críticos em ambas as fases, foram classificados como ao longo da vida. Em replicações posteriores, os autores brasileiros utilizaram como corte a idade de 16 anos (Reis e Rabelo, 2010; Silva, 2015), aos moldes da caracterização proposta por Smith et al (2010).

Informações sobre o vitimizador (agressor) consideravam o grau de proximidade com o vitimado, a saber: (1) membro da família nuclear (ex., pai, mãe e irmãos); (2) outros membros da família e parceiro (ex., tio, sobrinho, namorado, marido); e (3) pessoas sem relação familiar (ex., desconhecidos, amigos de parentes). O grau do impacto negativo do evento era avaliado utilizando uma Escala Likert que variava de zero (nenhum impacto) a dez (um extremo efeito negativo) pontos.

Reis e colaboradores (2010) descreveram alguns resultados que pareciam indicar, pelo menos no que concerne a dor crônica, que o trabalho infantil poderia ser um elemento estressor frequente na realidade nacional. Esta categoria foi computada quando pelo menos uma de duas condições estivesse presentes na infância (antes dos 16 anos): (1) assumir os cuidados do lar e de familiares (ex. irmãos, idosos), durante cinco ou mais dias da semana, sem supervisão direta de adulto responsável; e/ou (2) assumir,

total ou parcialmente, a responsabilidade usualmente atribuídas a Pais ou cuidadores na provisão de dinheiro e bens, trabalhando para terceiros; a renda desse trabalho seria incorporada, parcial ou integralmente, à manutenção geral da família. Para avaliar sua ocorrência foram incluídas questões sobre quando começou a trabalhar, função exercida, a carga horária semanal, possíveis interrupções dos estudos em função do trabalho, grau de exigência da função e grau de impacto negativo sobre a própria vida. Para coletar informações sobre esse fenômeno as autoras incluíram no instrumento original as questões sobre trabalho infantil. Elas podem ser retiradas em utilizações posteriores. No entanto, acreditamos valer a pena investigar essa variável se os pesquisadores estiverem interessados em condições de violência e abuso sexuais. Silva (2015) observou uma significativa correlação com o trabalho infantil e a ocorrência de eventos de assédio e abuso sexual, ocorridos nos ambientes de trabalho nessa fase do desenvolvimento. Seria interessante observar se esse resultado seria replicado em estudos posteriores, por outros grupos de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Rabelo, L.Z. (2006). *Situações adversas como possíveis causas da Fibromialgia*. Monografia para conclusão do bacharelado do Curso de Graduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP.
- Reis, M.J.D. & Rabelo, L.Z. (2010). Fibromialgia e Estresse: explorando relações. *Temas em Psicologia*, 18 (2), 399-414.
- Smith, B.W., Papp, Z.Z., Tooley, E.M., Montague, E.Q., Robinson, A.E., & Cosper, C.J. (2010). Traumatic events, perceived stress and health in women with fibromyalgia and Healthy controls. *Stress and Health*, 26, 83-93.
- Van Houdenhove, B., Neerinx, E., Lysens, R., Vertommen, H., Van Houdenhove, L., Onghena, P., Westhovens, R., & D'Hooghe, M.B. (2001). Victimization in Chronic Fatigue Syndrome and Fibromyalgia in Tertiary Care (A Controlled Study in Prevalence and Characteristics). *Psychosomatics*, 42 (1), 21-28.

Questionário de Eventos Estressores

São apresentadas abaixo várias situações e gostaria que você me contasse se o que está descrito já aconteceu com você. Se aconteceu, quem foi (ou foram) a(s) pessoa(s) envolvidas. Veja se seria algo que aconteceu antes de você ter 16 anos, se mais de 16 ou se durante toda a sua vida. Além disso, indique o quanto isso afetou negativamente a sua vida, usando uma escala de 0 a 10. O ponto 0 significa “não afetou de forma alguma” e o 10, “afetou muito negativamente e em muitos aspectos”.

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes de meus 16 anos/Depois de meus 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
----------------	-----------------------	--	--------------------------------------

1. Alguém já me rejeitou.

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
----------------	-----------------------	--	--------------------------------------

2. Já fui ameaçada por alguém.

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
----------------	-----------------------	--	--------------------------------------

3. Ninguém cuidou de mim em alguma situação em que eu precisava.

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
----------------	-----------------------	--	--------------------------------------

4. Já controlaram meu comportamento pelo uso de força física.

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
----------------	-----------------------	--	--------------------------------------

5. Alguém já me constrangeu com gestos obscenos ou palavras obscenas a fim de tentar uma relação sexual indesejada por mim.

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
---------	----------------	---	-------------------------------

6. Quando precisei de atenção, as pessoas não perceberam.

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
---------	----------------	---	-------------------------------

7. Já fui chantageada.

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
---------	----------------	---	-------------------------------

8. Alguém já me bateu de uma forma em que fiquei com hematomas ou vermelhidão no (s) local (is).

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
---------	----------------	---	-------------------------------

9. Alguém já se aproveitou de uma relação de confiança comigo para obter vantagem sexual (viu partes “escondidas” de meu corpo, teve ato sexual com ou sem penetração, manipulou partes do meu corpo como mamas, genitália ou ânus).

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
---------	----------------	---	-------------------------------

10. Minhas necessidades de carinho já foram negligenciadas por alguém.

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
---------	----------------	---	-------------------------------

11. Já fui desvalorizada por alguma pessoa.

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
---------	----------------	---	-------------------------------

12. Houve uma ou mais ocasiões em que eu tenha levado um soco, tenha sido sacudida, espancada, chutada, mordida ou queimada por alguém.

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
---------	----------------	---	-------------------------------

13. Mesmo após eu ter negado, alguém foi insistente nas tentativas de contato sexual comigo.

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
---------	----------------	---	-------------------------------

14. Eu já fui discriminada.

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
---------	----------------	---	-------------------------------

15. Em uma ou mais ocasiões, eu me senti fortemente desrespeitada.

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
---------	----------------	---	-------------------------------

16. Já me bateram ou me machucaram com algum objeto (como cinto, vara, chicote, cigarro, líquidos ou objetos quentes, etc)

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
---------	----------------	---	-------------------------------

17. Alguém foi muito insistente em ter contato sexual comigo, mesmo após eu ter negado, e por fim, eu aceitei por insistência ou porque a pessoa me pressionou.

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
---------	----------------	---	-------------------------------

18. Já fui obrigada a ter relação sexual pelo uso de força física ou ameaça.

Sim/Não	Quem fez isso?	Antes 16 anos/Depois 16 anos/ Durante minha vida toda	Quanto isso me afetou? (0-10)
---------	----------------	---	-------------------------------

ALGUMAS ORIENTAÇÕES PARA A CORREÇÃO DO INSTRUMENTO

Questão	Categoria/ Itens
ABUSO EMOCIONAL	
01	rejeição
02	ameaça
07	chantagem
11	desvalorização
14	discriminação
15	desrespeito
NEGLIGÊNCIA EMOCIONAL	
3	cuidado
6	atenção
10	carinho
ABUSO FÍSICO	
04	controle de comportamento
08	vermelhidão ou hematomas

12	soco, espancamento, chute
16	uso de objetos
ASSEDIO SEXUAL	
05	palavras ou gestos obscenos
13	insistência
ABUSO SEXUAL	
09	abuso de relação de confiança
17	convencimento por pressão/insistência
18	uso de força física

Para as análises temos considerado que a presença de um único item de uma determinada categoria pontua a ocorrência dela. Exemplo, se aponta que sofreu *chantagem* (Item 7), indicamos a ocorrência da categoria estressora **abuso emocional**. Consideramos, ainda, a porcentagem de itens em cada categoria ou simplesmente a frequência de itens no total. Usualmente essas análises são correlacionadas com a intensidade da atribuição negativa estimada para o evento.

Valor para categorização	Proximidade da relação com os abusadores/ vitimizadores
01	membro da família nuclear (ex., pai, mãe e irmãos);
02	outros membros da família e parceiro (ex., tio, sobrinho, namorado, marido)
03	pessoas sem relação familiar (ex., desconhecidos, amigos de parentes)

Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

As informações contidas neste documento foram fornecidas por Camila Casé da Costa e Prof^ª. Dr^ª. Sabrina Mazo D’Affonseca, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com o objetivo de firmar acordo mediante o qual o voluntário da pesquisa autoriza sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos e riscos a que se submeterá, com a capacidade de livre arbítrio e sem qualquer ameaça, pressão ou constrangimento.

Você está sendo convidada para participar da pesquisa cujo título é: “O desenvolvimento do vínculo mãe-bebê no sistema prisional brasileiro”, que tem por objetivo realizar um estudo, a partir do contato com três mulheres gestantes em reclusão, para investigar a experiência de se tornar mãe atrás das grades e analisar os aspectos envolvidos na gestação, no parto e na convivência com o bebê nesse ambiente, assim como a formação do vínculo mãe-bebê.

Espera-se que os dados contribuam para o conhecimento científico a respeito da temática da maternidade no cárcere brasileiro e para propostas de intervenções com esse público-alvo. Espera-se também que a pesquisa dê destaque e voz às mulheres nessa situação, permitindo a elas dar seu testemunho acerca da maternidade e da problemática complexa que é o encarceramento de mulheres mães.

Sua participação na pesquisa não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar desse projeto e retirar o seu consentimento, que pode ser dado de maneira escrita ou por voz. Se você optar por não participar do projeto de pesquisa, sua recusa não trará qualquer tipo de prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Federal de São Carlos, de acordo com a Resolução CNS nº510/2016 e complementares.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. Você não terá nenhum custo ou compensação financeira ao participar do estudo.

Em um primeiro momento, será necessário o uso de um computador com conexão com a internet, disponibilizados de acordo com a estrutura da Penitenciária Feminina da Capital e da Penitenciária Feminina de Votorantim, e a utilização de uma

plataforma digital de videoconferência - que será utilizada apenas para chamada de voz -, à escolha das Unidades. Durante a chamada, também deve estar presente, no mesmo local da(s) participante(s), um funcionário responsável que, segundo a Lei nº10.261, artigo 241, tem o dever de guardar sigilo sobre os assuntos da Unidade, ou seja, é proibido de divulgar e compartilhar quaisquer informações dadas pela(s) participante(s) às pesquisadoras, de forma a garantir a(s) sua(s) privacidade(s).

Sua participação nessa pesquisa começará por uma entrevista, cuja duração é de cerca de uma hora e meia, com questões sobre seus dados pessoais básicos e demais perguntas envolvendo o tema e o objetivo da pesquisa. Em seguida, será apresentado um Questionário de Eventos Estressores, para identificar os acontecimentos estressores ao longo de sua vida, cuja duração é de cerca de trinta minutos.

Em um segundo momento, após o nascimento do bebê, será realizada uma nova chamada de voz para fazer uma segunda entrevista, com duração aproximada de uma hora e meia, e com perguntas sobre os mesmos temas da primeira e sobre este novo momento de sua vida.

Devido ao tema a ser desenvolvido no estudo, esse projeto poderá ocasionar desconforto emocional e psicológico à(s) participante(s), por requerer um retorno às memórias afetivas, à forma de criação que receberam, à vivência familiar, à vivência prisional e às redes de apoio, assim como gerar reflexões sobre a maternidade, a gestação, o parto, a amamentação e a relação com o bebê. As pesquisadoras irão assumir a responsabilidade por qualquer situação não prevista anteriormente e que sejam decorrentes da participação no projeto; elas reconhecem a condição de vulnerabilidade da população encarcerada e conduzirão suas ações tendo sempre presente o cuidado para com este aspecto.

Caso seja identificado algum problema, desconforto ou crise emocional, haverá uma escuta da(s) participante(s) pelas pesquisadoras e ela(s) poderá(ão) ser encaminhada(s) para serviços disponíveis na unidade penitenciária a qual ela(s) faz(em) parte, por meio do contato das pesquisadoras com a direção. Além disso, em caso de necessidade, as pesquisadoras se responsabilizam pela assistência total e imediata à(s) participante(s), durante e após a conclusão da pesquisa, se comprometendo a fazer sessões extras com ela(s) de maneira virtual.

Porém, o contato individual com cada participante também dará a elas a oportunidade de falar sobre suas experiências do passado e do presente num ambiente

protegido e sigiloso, com espaço para se expressar a partir dos pontos que serão abordados, de acordo com a temática do estudo. Assim, pode trazer benefícios como a reflexão sobre a própria história, sobre a maternidade, e a construção de novas perspectivas sobre essa prática; além do acolhimento no sentido de saberem que estão sendo ouvidas e do sentimento de pertencimento enquanto mulher e mãe, capaz de promover mudanças, que pode ser despertado.

A(s) participante(s) receberá(ão) respostas a qualquer pergunta ou esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa. Ainda, qualquer informação a respeito dos instrumentos e das respostas que estão sendo coletadas também será dada, mesmo que possa afetar a vontade da(s) participante(s) de continuar(em) participando, pontuando novamente que ela(s) tem o direito de se retirar(em) da pesquisa a qualquer momento.

É importante salientar que a chamada de voz deverá ser gravada pelas pesquisadoras (apenas áudio), para possível necessidade de consentimento por voz, posterior transcrição, e para que possa ser feita uma análise dos dados obtidos. Porém, tudo o que será dito e todos os dados coletados serão confidenciais, assim como nenhuma das participantes será identificada na pesquisa, de forma a garantir a sua privacidade. Da mesma forma, os resultados divulgados em congressos ou revistas científicas também serão apresentados de maneira a não identificar você. É da responsabilidade das pesquisadoras o armazenamento adequado dos dados coletados, bem como os procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações das participantes da pesquisa.

Para garantir à(s) participante(s) o acesso aos resultados da pesquisa, ao final eles serão encaminhados para as direções das penitenciárias femininas da Capital e de Votorantim, para que elas possam mediar o repasse dessas informações e disponibilizar os dados à(s) participante(s), por meio da entrega de um material informativo de fácil compreensão, por exemplo, a ser produzido pelas pesquisadoras.

Qualquer problema ou dúvida a respeito da participação na pesquisa poderá ser comunicada pelo telefone (16) 3351-8745 ou por e-mail samazo@hotmail.com. Será entregue uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e da participação, agora ou a qualquer momento.

Local: Penitenciária Feminina de Votorantim

Data:

Profa. Dra. Sabrina Mazo D’Affonseca
Laboratório de Análise e Prevenção da Violência – Laprev
(16) 3351-8745
samazo@hotmail.com

Camila Casé da Costa
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
(11) 95946-1493
camilacase@hotmail.com

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar:
Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP.
Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar, que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30. O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Caso o consentimento seja dado via voz, ele será gravado, assim como a entrevista e a aplicação do questionário, podendo, ainda, de acordo com a Resolução 510/2016, Art. 15 § 2º, “ser comprovado também por meio de testemunha que não componha a equipe de pesquisa e que acompanhou a manifestação do consentimento”, ou seja, por um funcionário da penitenciária que estará presente no momento da coleta. Já caso o consentimento seja dado por via escrita, as penitenciárias deverão proporcionar caneta à(s) participante(s) para que ela(s) assine(m) as duas vias do documento, de acordo com os espaços abaixo:

Dado isso, eu _____, após leitura e compreensão deste termo de informação e consentimento, entendo que minha participação é voluntária, e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confirmando que recebi cópia deste termo de consentimento, e

autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo no meio científico.

*** Não assine este termo se ainda tiver alguma dúvida a respeito**

Votorantim, ___ de _____ de 2021.

Nome (por extenso): _____

Assinatura: _____

1ª via: Instituição

2ª via: Voluntário

Pesquisador Responsável: Sabrina Mazo D’Affonseca

Endereço: Laboratório de Análise e Prevenção da Violência – Laprev, Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos

Contato telefônico: (16) 3351-8745 e-mail: samazo@hotmail.com

Pesquisador associado: Camila Casé da Costa

Endereço: Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 – CEP 13.565-905, São Carlos, SP

Contato telefônico: (11) 95946-1493 e-mail: camilacase@hotmail.com

Camila Casé da Costa

Nome do Pesquisador

Assinatura do Pesquisador

Sabrina Mazo D’Affonseca

Nome do Pesquisador

Assinatura do Pesquisador